UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO DO LARGO SÃO FRANCISCO
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEORIA DO DIREITO

IAHN JORGE SOARES

ENTRE SAMBAS E CIDADANIAS:
A INFLUÊNCIA DO SAMBA NA CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADANIA NA PEQUENA ÁFRICA DO RIO DE JANEIRO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA

SÃO PAULO
2024

Iahn Jorge Soares
Número USP: 11816438

Entre Sambas e Cidadanias:
a influência do Samba na construção de uma Cidadania na Pequena África do Rio de Janeiro durante a Primeira República

Relatório Final da Tese de Láurea, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP), sob orientação do Prof. Dr. Samuel Rodrigues Barbosa e co-orientação do Dr. Ariel Engel Pesso.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
Área: Direito
Subárea: História do Direito
Palavras-chave: Samba, Cidadania, Pequena África, Rio de Janeiro, Primeira República

São Paulo
2024

SOARES, Iahn Jorge. **Entre Sambas e Cidadanias**: a influência do Samba na construção de uma Cidadania na Pequena África do Rio de Janeiro durante a Primeira República. 2024. 54 p. Tese de Láurea (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

Data: _____

Resultado: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Samuel Rodrigues Barbosa (Orientador)
Instituição: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
Julgamento: _____

Dr. Ariel Engel Pesso (Co-orientador)
Instituição: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a). _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

A parte mais importante de um trabalho acadêmico como este é justamente a seção de agradecimentos. É por meio dela que conseguimos entender um pouco melhor sobre a pessoa-autora, com quem esteve nos momentos difíceis e felizes, os espaços que ocupou, tantos detalhes da vida privada, que escapa a essas páginas. Bem, comigo não poderia ser diferente, principalmente, porque aqui agradeço em uma tese de láurea – ou TCC. É o fim de uma graduação. Cinco anos se passaram e aqui chegamos. Não poderia falar isso jamais no singular. Se pudesse, nem teria razão esta seção. A realidade é apenas uma: eu cheguei até aqui tão somente pois pude contar com o apoio e a companhia de muitos.

Sou profundamente agradecido a cada um de vocês, que se mantiveram presentes em minha vida, cada qual à sua própria maneira. Independentemente de eventual distância, trata-se de um vínculo do qual jamais poderei me desfazer, pois fazem parte de mim. A grande questão de estar em contato com outras pessoas é a marca que você deixa nelas. É a graça da vida perceber como você não passa de uma grande colcha de retalhos, em que cada espacinho é uma pessoa que esteve ao seu lado em determinado momento, inclusive desconhecidos!

Por isso, gosto tanto desta seção, porque me é dada a oportunidade de agradecer pela sua companhia. Às vezes, na rotina, não surgem muitos espaços para demonstrações de afeto. Contudo, esses momentos não precisam ser "naturais". Em verdade, acredito que a verdadeira essência deles é precisamente a necessidade de se criá-los artificialmente. Em um momento súbito, mandar uma mensagem, dar um abraço, trazer um docinho, enfim. O importante é que o sentimento transborde e extravase os limites do corpo. Bom, sem mais delongas, passo aos agradecimentos, correndo o risco de cometer uma grave injustiça e deixar algum nome fora dessa lista. Assim, peço que entendam.

Começo por ela, que está comigo há anos, Juliana Paes, a minha gatinha! Muito obrigado pela companhia fiel e pelos picos de energia que te fazem correr sem parar pela casa.

Belzinha, meu amoi, muito obrigado por ter topado dividir a vida comigo. Não cabem em palavras o quanto eu te amo e sou feliz contigo, mas hei de tentar, em generosas doses diárias. Viver essa vida ao seu lado é muito mais do que jamais sonhei. Não à toa escrevo estes agradecimentos no dia dos namorados! Eu te amo muito muito muito! Muito obrigado, também, por ter me dado de presente uma segunda família!

Alê, muito obrigado pela companhia quase que diária aqui na nossa casa. Realmente tem sido uma aventura morar em São Paulo, mas poder contar contigo facilita. Te amo, meu amigo!

Bel, Carou e Ju, muito obrigado pela constante presença. Vocês são muito importantes na minha vida e, também, na minha graduação, acompanhando desde o início.

Professor Samuel e Doutor Ariel, muito obrigado por terem me orientado na empreitada que foi este trabalho. Espero que esteja a contento!

À minha família, muito obrigado por incentivarem os meus sonhos. Sem vocês, não estaria aqui hoje, até porque quase não me matriculei na USP, mas vocês apoiaram a decisão. Amo muito vocês.

Queridos amigos do estágio, muito obrigado por todos os almoços, happy hours e conversas na copa. A presença de vocês traz leveza ao trabalho. Agradeço aqui, especialmente, em nome da Carolzinha, Ric, Emer, Fê, Paulinho, Cheblão e MBR. Também, agradeço à minha equipe, por todo aprendizado: Alice, Bella, Babi, Yuri, Cesare e Rachel.

Aos amigos do Rio, vocês sempre seguirão comigo, muito obrigado por tudo: Dinda, Sara, Meirim, Titi, Fabio, Amanda, Ana Maria, Aninha, Arthur, Bean, Big, Doca, Expedito, Fabio, Fraga, Gabi, Guga, Sophia, Juliana, Karol, Lívia, Luma, Meirim, Poli, Sel, Tia Jarina, Tia Lu, Tio Hélio, Tupi, Yuri e Yvia.

Aos amigos da São Francisco, onde mora a alegria, muito obrigado pelo companheirismo nesses 5 anos. Agradeço, especialmente: Babi, Caratinho, Felipe, Livia e Mica, das salas 23/24; Helena e Sofia; Danton e Cerf; Marina, Tulio e VRios; Ana Heloísa; Centro Acadêmico XI de Agosto; Cursinho Popular Arcadas; e PET Sociologia Jurídica.

Amigos da Garagem, muito obrigado pelas divertidas conversas, em meio a sérias discussões, entremeadas por conselhos de vida.

Aos Professores desta Casa, que me inspiram na carreira acadêmica docente, muito obrigado por todos os ensinamentos ao longo desses anos, em especial: Prof. André Mendes Moreira, Prof. Ari Solon, Prof. Fernando Facury Scaff, Prof. Lucas Amato, Prof. Rafael Mafei, e Prof. Paulo Ayres Barreto.

Aos meus eternos professores, muito obrigado por terem me apoiado desde cedo, principalmente: Elisa, Nathalia, Léo e Quintas.

E, agradecimentos especiais para aqueles que sempre estarão em meu coração, i*n memoriam*: Caquinha, Elysio, Eudocia, Jorge, e Naná.

À minha bisa, Caquinha (in memoriam), que o samba de seu coração não deixe de ressoar em minha vida

Para Pedro e Filipe, meus irmãos

RESUMO

A presente pesquisa busca investigar a influência do Samba na construção de uma Cidadania na Pequena África do Rio de Janeiro durante a Primeira República. Para o conceito de Cidadania, utilizo a definição de José Murilo de Carvalho em "Cidadania no Brasil". O autor defende que, para ser um cidadão pleno, é necessário ter acesso garantido aos Direitos Civis, Políticos e Sociais. No caso da Primeira República, Carvalho conclui que não havia Cidadania plena no Brasil, mas apenas uma Cidadania em negativo, que se expressa a partir de reações contra os atos autoritários dos governos. Para a definição de Samba e Pequena África, adoto como fundamento algumas referências bibliográficas históricas para tratar dos conceitos e das suas análises. Nesse sentido, o objetivo principal do trabalho consiste em responder à seguinte questão: qual foi a influência do Samba na construção de uma Cidadania na Pequena África do Rio de Janeiro durante a Primeira República? No intuito de gerar dados para embasar a resposta, adota-se a metodologia de pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. Ademais, a pesquisa se centra em três capítulos iniciais, nos quais trabalho, nesta ordem, o conceito de Cidadania, da Pequena África e do Samba; para, em um quarto capítulo, mesclar as conclusões previamente obtidas e, pois, responder à pergunta-problema. Com isso, foi possível compreender que a Pequena África assumiu um papel de refúgio durante a Primeira República, permitindo que os marginalizados lá encontrassem um abrigo no qual pudessem expressar com segurança as suas manifestações culturais. Dentro desse quilombo urbano foi que surgiu o Samba, influenciado pelos ritmos trazidos do continente africano pelos escravizados. Para tanto, o Samba inicialmente foi reprimido pelas elites, passando, aos poucos, por uma aceitação social, a partir de um processo de embranquecimento e industrialização do Samba. Diante desse cenário, percebi que os moradores da Pequena África exerceram uma Cidadania em negativo, de tal forma que o Samba pode ter contribuído, como um pontapé inicial, para a construção de uma Cidadania efetiva. Portanto, uma possível resposta ao problema central apresentado afirma que o Samba possuiu uma influência positiva na efetivação dos Direitos Civis, Políticos e Sociais na Pequena África – vista aqui como uma representante metonímica dos seus moradores –, em especial no campo dos Direitos Sociais, porquanto o Samba é uma manifestação cultural. Consequentemente, ainda que não tenha sido revolucionário ao ponto de efetivamente garantir uma Cidadania, o Samba cumpriu um papel relevante para que o povo marginalizado da Pequena África trilhasse o próprio caminho rumo à Cidadania plena.

Palavras-chave: Samba, Cidadania, Pequena África, Rio de Janeiro, Primeira República

ABSTRACT

This research aims to investigate the influence of Samba on the construction of Citizenship in Rio de Janeiro's Pequena África (Little Africa) during the First Republic. For the concept of citizenship, I chose José Murilo de Carvalho's definition in "Cidadania no Brasil" (Citizenship in Brazil). Carvalho argues that in order to be a full citizen, it is necessary to have guaranteed access to civil, political and social rights. Regarding the First Republic, Carvalho concludes that there was no full citizenship in Brazil, but only a negative citizenship, expressed through responses to government authoritarian acts. In order to define Samba and Pequena África, I use some historical bibliographical references as a basis for dealing with the concepts and their analyses. Thus, the main purpose of this paper is to answer the following question: what influence did samba have on the construction of citizenship in Rio de Janeiro's Pequena África during the First Republic? For the purpose of generating data to support the answer, I adopted a qualitative, exploratory and bibliographical research approach. In addition, this paper is centred on three initial chapters, in which I address, in the following order, the concept of Citizenship, Pequena África and Samba; and in a fourth chapter, I merge the conclusions previously drawn and, therefore, answer the main question. As a result, it became clear that Pequena África took on the role of a refuge during the First Republic, allowing the marginalised to find a place where they could safely express their culture. It was within this urban quilombo that Samba emerged, influenced by the rhythms brought from the African continent by the enslaved. To this end, Samba was initially repressed by the elites, but gradually came to be accepted by society through a process of whitening and industrialisation of Samba. Against this backdrop, I realised that the residents of Pequena África exercised Citizenship in the negative, in such a way that Samba may have contributed, as a kick-start, to the construction of effective Citizenship. Therefore, a possible answer to the central problem presented states that Samba had a positive influence on the realisation of Civil, Political and Social Rights in Pequena África - seen here as a metonymic representative of its residents - especially in the field of Social Rights, because Samba is a cultural manifestation. Consequently, even if it was not so revolutionary as to effectively guarantee Citizenship, Samba played an important role in enabling the marginalised people of Pequena África to tread their own path towards full Citizenship.

Keywords: Samba, Citizenship, Pequena África, Rio de Janeiro, First Republic

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Mapa da Pequena África 14
Imagem 2 – Charge sobre vacinação compulsória 19
Imagem 3 – Charge sobre a Revolta da Vacina 20
Imagem 4 – Propaganda da Cerveja Fidalga 25

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

JMC	José Murilo de Carvalho
SAM	Semana de Arte Moderna de 1922

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO **1**

2. CIDADANIA **3**

2.1. A Cidadania de José Murilo de Carvalho **3**

2.2. A Cidadania na Primeira República **5**

2.3. Considerações sobre o estado de cidadão **10**

3. PEQUENA ÁFRICA **11**

3.1. O quadro social **12**

3.2. A Pequena África **14**

3.3. A Cidadania na Pequena África **18**

4. SAMBA **21**

4.1. Uma história do Samba **22**

4.2. A atuação do Samba **29**

5. SAMBA E CIDADANIA **32**

5.1. A relação entre Samba e Cidadania **32**

5.2. Samba, Cidadania e Pequena África **37**

6. BIBLIOGRAFIA **40**

1. INTRODUÇÃO

A Primeira República foi um período muito marcado pela marginalização do povo e, consequente, ausência de Cidadania[1], como uma herança dos tempos do Império, principalmente em decorrência da escravização[2]. Surge, no coração da capital brasileira, um refúgio aos excluídos da sociedade, a Pequena África, um quadrilátero localizado no centro do Rio de Janeiro[3]. Contudo, engana-se quem pensa que a existência de um quilombo urbano foi suficiente para cessar as violências dos governos. Foi justamente nesse período que o Prefeito Pereira Passos implantou a sua reforma urbanística e higienista no centro da cidade[4], expulsando diversos moradores de suas casas na Pequena África, que foram obrigados, então, a ocupar os morros[5] das proximidades, dando início à criação das favelas cariocas.

Nesse contexto, a partir dos encontros organizados pelas matriarcas baianas na Pequena África, começou a se difundir um novo gênero musical na capital brasileira, o Samba[6]. Polêmicas à parte, a música "Pelo Telefone" de Donga é considerada por muitos como o marco inicial do Samba[7], em 1917. Assim como os filhos da Pequena África, o Samba também sofreu preconceito por parte das elites cariocas[8], mas, aos poucos, foi conquistando espaço no imaginário popular. Esse processo de aceitação social não veio sem ônus – ele foi realizado às custas do embranquecimento[9] do Samba, que apagou a autoria negra da manifestação cultural, juntamente da formação de uma indústria cultural[10] do Samba.

Esse é o cenário enfrentado por este trabalho. A partir de alguns marcos teóricos e pressupostos, a presente pesquisa busca investigar a influência do Samba na construção de uma Cidadania na Pequena África no Rio de Janeiro durante a Primeira República. Ressalto desde já que a Pequena África é encarada como uma metonímia do lugar pela pessoa, representando, como se viva fosse, os seus moradores. A escolha do Samba como marco cultural se justifica diante da sua relevância na cultura popular brasileira, principalmente, por ter sido uma manifestação cultural marginal que passou por um processo de aceitação pelas

---

[1] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 89.
[2] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. pp. 52-53.
[3] FRANCESCHI, Humberto M. **Samba de sambar do Estácio**: 1928 a 1931. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2010. p. 19.
[4] MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. São Paulo: Todavia, 2022. p. 119.
[5] FRANCESCHI, Humberto M. **Samba de sambar do Estácio**: 1928 a 1931. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2010. p. 22.
[6] MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. São Paulo: Todavia, 2022. p. 201.
[7] SODRÉ, Muniz. **Samba**, o dono do corpo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 74.
[8] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. p. 119.
[9] SODRÉ, Muniz. **Samba,** o dono do corpo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 50.
[10] SODRÉ, Muniz. **Samba,** o dono do corpo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 49.

elites e, em decorrência disso, teve as suas raízes negras apagadas, tornando-se um produto econômico a ser comercializado.

Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa é responder à seguinte pergunta-problema de pesquisa: Qual foi a influência do Samba na construção de uma Cidadania na Pequena África do Rio de Janeiro durante a Primeira República?

Em suporte ao objetivo geral, determinei as seguintes perguntas secundárias, para auxiliar na construção da pesquisa:

I. O que é Cidadania?
    A. Como a Cidadania se expressava na Primeira República?
II. O que é a Pequena África?
    A. Quem fazia parte da Pequena África?
    B. Qual era a relação da Pequena África com o restante da sociedade carioca?
    C. Como a Cidadania se expressava na Pequena África?
III. Como posso delimitar uma história do Samba?
    A. Como o Samba surgiu, chegou ao Rio de Janeiro e se difundiu?
    B. Qual é a relação do Samba com a Pequena África? E com o restante da sociedade carioca?
    C. Qual foi o papel do Samba no projeto de formação de uma identidade nacional?
    D. Qual é a relação do Samba com a Cidadania durante a Primeira República?

Para a metodologia deste estudo, escolhi realizar uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, cujos dados serão levantados por meio de pesquisa bibliográfica. Este estudo é qualitativo na medida em que o foco será nos atributos dos dados e não em suas recorrências e estatísticas, porque desejo confrontar as características sobre o Samba e a Cidadania. Já o caráter exploratório se justifica na intenção de expandir as informações sobre o tema, de modo a compreender com maior concretude toda a problemática, contribuindo para um debate mais qualificado. Em seguida, a pesquisa bibliográfica foi escolhida, pois ela propicia o contato com análises qualificadas e aprovadas pela comunidade acadêmica. Consequentemente, poderei ter uma base mais assentada e segura para analisar os dados obtidos. No caso, adoto como marco teórico para a Cidadania, o conceito desenvolvido por José Murilo de Carvalho (JMC), em “Cidadania no Brasil”[11].

[11] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

Com isso, proponho uma pesquisa em três etapas iniciais, analisando-se, nesta ordem, a Cidadania, a Pequena África e o Samba; para, após, na etapa final, juntar os três elementos e analisar a relação entre o Samba e a Cidadania, no contexto da Pequena África do Rio de Janeiro da Primeira República. A ideia não é trazer uma história ou um conceito absoluto, mas, partindo de determinados exemplos ilustrativos, responder às perguntas formuladas e investigar o objeto desta pesquisa.

2. CIDADANIA

Começo pelo início. É necessário, antes de adentrar no objeto desta pesquisa, vasculhar um certo arcabouço teórico. Para isso, propus um roteiro que se introduz com um conceito de Cidadania e as suas reverberações no tempo do trabalho – a Primeira República. Dessa forma, traço uma definição de Cidadania a partir de José Murilo de Carvalho (JMC), que bebeu das fontes de T. H. Marshall e escreveu o livro central para este capítulo, o "Cidadania no Brasil"[12]. Com isso, terei o necessário para avaliar o status social do povo objeto de minha pesquisa – os moradores da Pequena África – no próximo capítulo.

2.1. A Cidadania de José Murilo de Carvalho

Para JMC[13], a Cidadania está apoiada em três tipos de Direitos: Civis, Políticos e Sociais. Daí, conclui-se que um cidadão pleno é aquele que possui as três esferas, enquanto um cidadão incompleto possuiria apenas parte dos direitos, chegando ao caso limite do não cidadão, que nada possui. O autor, brevemente, detalha o que são esses direitos em sua visão.

De início, os Direitos Civis estão ligados à "natureza" do ser, algo próximo de "direitos fundamentais à vida"[14], como liberdade, propriedade e igualdade. A ideia é que tais direitos são a base para a harmonia nas relações privadas e para a vida em sociedade.

Em seguida, os Direitos Políticos se relacionam a uma ideia de participação do indivíduo na condução da sociedade em que vive[15]. É o direito de votar e ser votado, em essência. Para o autor[16], não é possível existir efetivamente os Direitos Políticos sem os Direitos Civis – por exemplo, como funcionaria um parlamento sem liberdade de expressão?

---

[12] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.
[13] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 17.
[14] Idem.
[15] Idem.
[16] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 18.

Por fim, os Direitos Sociais "garantem a participação na riqueza coletiva"[17]. Essa terceira esfera permite ao indivíduo ter acesso à escolarização, à saúde e ao trabalho, dentre outros aspectos da vida social. Aqui, o autor[18] até pondera sobre a possibilidade de os Direitos Sociais não dependerem dos demais direitos para existir, porém, no caso da ausência do Direito Civil e Político, o seu alcance seria reduzido e arbitrário. O grande objetivo dos Direitos Sociais recai justamente na redução de desigualdades, em uma ideia de justiça social[19].

Essa tripartição da Cidadania se iniciou com o T. H. Marshall[20], que analisou a sua evolução na Inglaterra. A sequência é um tanto lógica[21]. Inicialmente, vieram os Direitos Civis, que ensejaram, pela liberdade, a luta pelos Direitos Políticos, que, por sua vez, permitiram a criação de políticas para o estabelecimento dos Direitos Sociais. Para Marshall[22], essa lógica é apenas rompida pela educação popular, pois ela, ainda que inserida no campo dos Direitos Sociais, é quase um pré-requisito para que a população lute pela expansão dos direitos. Foi ela que permitiu que os países desenvolvessem mais rapidamente a Cidadania.

Todavia, não pretende JMC[23] aplicar o modelo inglês ao Brasil, pois cada país é único e pode trilhar distintos caminhos para alcançar a própria Cidadania, afinal ela é um fenômeno histórico, a partir da ideia de surgimento sequencial dos direitos. O modelo inglês é apenas um referencial para comparação. O autor[24] ressalta que é possível observar duas principais distinções entre Brasil e Inglaterra: aqui houve uma maior preponderância dos Direitos Sociais, ao ponto de se inverter a lógica de Marshall, com os Direitos Sociais precedendo aos demais. Isso é importante, porque a Cidadania não é um conceito universal, de forma que um cidadão brasileiro e um cidadão inglês podem ter sentidos distintos[25].

Ademais, pela natureza histórica da Cidadania, JMC[26] revela que a construção da Cidadania está ligada à relação dos indivíduos com o Estado e a Nação, afinal a conquista de direitos é uma luta nacional circunscrita nos limites do país que, se vitoriosa, gera um cidadão também nacional. Daí, surge a importância de se verificar dois pontos: (i) como os indivíduos

[17] Idem.
[18] Idem.
[19] Idem.
[20] Idem.
[21] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 19.
[22] Idem.
[23] Idem.
[24] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. pp. 19-20.
[25] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 20.
[26] Idem.

se relacionam com o aparato estatal e (ii) como se identificam com a ideia de uma nação a qual pertencem. Para o autor[27], o primeiro ponto está ligado à participação na vida política, em um sentido de lealdade para com o Estado, enquanto o segundo ponto se relaciona com fatores sociais como idioma, religião e inimigos comuns. Dessa forma, o modo que um Estado-Nação é construído impacta diretamente na formação da sua Cidadania[28]. Isso porque, em alguns países, as ações estatais terão mais relevância na conquista dos direitos, enquanto, em outros, ela dependerá mais das ações dos próprios cidadãos.

2.2. A Cidadania na Primeira República

Diante do exposto, passo para a análise do estado da Cidadania durante a Primeira República por JMC. Inicialmente, em relação aos Direitos Civis, o autor ressalta o impacto que a herança colonial teve na nascente República, trazendo consigo três grandes empecilhos ao exercício da Cidadania: "herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, fechada à ação da lei, e herdou um Estado preocupado com poder privado"[29].

De início, em relação à escravização, ela era severamente naturalizada no território brasileiro, de forma que, apesar de concentrados nas grandes cidades, os escravizados estavam presentes em todo país. Um dos relevantes argumentos a favor da abolição era a razão nacional, defendida por José Bonifácio, na qual a escravização seria um obstáculo à formação de uma Nação, afinal parte da população era subjugada a outra, como inimigos entre si[30]. É patente que a figura do escravizado é a própria negação de qualquer Cidadania, pois ele era visto como uma propriedade, sem liberdade própria, sem o direito de participar das decisões políticas e, muito menos, de livremente acessar as riquezas sociais da educação, do trabalho livre, dentre outros. Não há como pensar em Cidadania em um país escravista.

Essa problemática perdurou mesmo após a abolição da escravização com a Lei Áurea, pois a igualdade buscada não saiu do texto da norma, sendo reiteradamente negada na prática[31]. Um dos grandes problemas não enfrentados pela lei foi como auxiliar os recém libertos a se integrarem na sociedade brasileira[32]. Para eles, foi, novamente, negado o acesso

[27] Idem.
[28] Idem.
[29] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. pp. 52-53.
[30] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 58.
[31] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 60.
[32] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 59.

às escolas, à terra e ao trabalho urbano – aspectos relevantes dos Direitos Sociais. Consequentemente, o que se percebeu foi um elevado retorno dos recém libertos às fazendas de ex-senhores, para trabalhar no campo por remunerações irrisórias[33].

Em seguida, os latifúndios, apesar de intimamente ligados à escravização, merecem uma análise própria. Um traço muito marcante da Primeira República foi o domínio econômico[34] de São Paulo e Minas Gerais, a partir da geração de uma forte elite agrícola de grandes produtores de café, principalmente. Os latifundiários, juntamente com os comerciantes urbanos, foram um alicerce[35] na política do coronelismo. Cada região possuiu um maior ou menor controle[36] exercido pelos coronéis. Contudo, foi em São Paulo e Minas Gerais que o coronelismo atingiu o seu ápice político[37], permitindo que os dois estados dominassem politicamente o país.

O sistema do coronelismo era uma ameaça à construção da Cidadania[38], não apenas por dificultar o acesso aos Direitos Políticos, mas por negar os próprios Direitos Civis. Nos latifúndios, criava-se um mini Estado, no qual a lei vigente era a do coronel, ao ponto de os trabalhadores não serem cidadãos brasileiros, mas seus súditos[39]. O Estado brasileiro apenas tinha vez se e como o coronel deixasse, em uma troca de favores, que permitia a indicação de autoridades como juízes e delegados, criando-se uma percepção de Justiça e Polícia a serviço do poder privado[40]. Daí, surge a questão do terceiro empecilho apontado por JMC à construção da Cidadania herdado pela Primeira República, qual seja a ideia de um Estado preocupado com o poder privado. Isso porque não havia, nessa época, uma preocupação com a separação da pessoa privada com a autoridade pública, afinal, baseando-se nesse sistema de troca de favores, a autoridade indicada não deixaria de auxiliar o seu patrocinador[41].

---

[33] Idem.
[34] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. pp. 61-62.
[35] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 62.
[36] Ensina JMC que o controle era mais forte na região do Nordeste. Por exemplo, foi necessária uma intervenção federal na Bahia para mediar a relação entre os coronéis e o governo do estado. Por outro lado, em São Paulo e Minas Gerais, o controle era mais suave, pois a presença de imigrantes europeus introduziu a figura das greves dos trabalhadores rurais e um início de divisão das terras. Ademais, no Sul do Brasil, como eram preponderantes as pequenas propriedades e as colônias de imigrantes, o controle era irrisório, o que favoreceu a Guerra do Contestado na região do atual Paraná. CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. pp. 62-63.
[37] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 63.
[38] Idem.
[39] Idem.
[40] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. pp. 63-64.
[41] SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. pp. 319-322.

A consequência lógica desse mecanismo era a impossibilidade do exercício pleno dos Direitos Civis, afinal a Justiça era ministrada por privados e os direitos pessoais, como propriedade, honra e locomoção, estavam à mercê do coronel[42]. Nesse contexto, inclusive, surgiu uma variedade de expressões populares, das quais destaco uma: "para os amigos tudo; para os inimigos, a lei"[43]. Ela é o resumo desse sentimento: a Lei, que deveria tratar todos como iguais, era tratada apenas como um castigo aos inimigos. Nessa situação, não era possível a criação de cidadãos[44], pois faltavam os Direitos Civis e Políticos. A falta de independência civil impedia qualquer tipo de manifestação política[45] – esta estava sempre atrelada às vontades particulares dos coronéis, então, mesmo que o indivíduo pudesse votar, por exemplo, não o faria de maneira independente, sujeitando-se ao comando do coronel.

Diante desse cenário de negação da Cidadania, a urbanização das cidades e a vinda de imigrantes europeus permitiu o surgimento de uma classe operária que poderia subverter a ordem vigente e buscar a formação de cidadãos[46]. No campo dos Direitos Civis, o operariado significou um avanço inegável, principalmente pelos ideais anarquistas trazidos da Europa[47]. Houve uma luta relevante por direitos básicos, como de se organizar e fazer greve, mas também por uma melhor legislação trabalhista e, até, aposentadoria[48]. Já no campo político, as reivindicações foram contraditórias: tínhamos os operários mais ligados ao governo que participavam intensamente das votações e aqueles anarquistas mais radicais que rejeitavam o Estado e os partidos políticos[49]. Entre os dois grupos, surgiram os socialistas, que almejavam a transformação pela luta política, mas que não conseguiram se estabelecer[50]. De todo modo, as oligarquias lograram êxito em sufocar qualquer tipo de participação política com maior animosidade, impedindo que os poucos Direitos Civis conquistados fossem postos a serviço dos Direitos Políticos, de modo que qualquer melhoria de vida teria de ser buscada por meio de uma aliança com o Estado[51].

---

[42] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. pp. 63-64.
[43] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 64.
[44] Idem.
[45] Idem.
[46] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 65.
[47] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 67.
[48] Idem.
[49] Idem.
[50] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 68.
[51] Idem.

Com o fracasso no avanço dos Direitos Civis e Políticos, JMC afirma ser difícil discutir a possibilidade de Direitos Sociais[52]. No Brasil, predominava um liberalismo ortodoxo já superado em outros países[53], de sorte que o Estado brasileiro persistia em delegar a instituições privadas, geralmente religiosas, o trabalho da assistência social, além de não se preocupar com a legislação trabalhista, que, à época, era muito incipiente. Na seara trabalhista, a maior atuação estatal se dava por meio das polícias, o que gerou a famosa frase de que "questão social é questão de polícia"[54]. Por fim, os poucos Direitos Sociais, por vezes, eram trazidos pelos coronéis em uma forma paternalista[55] – ou seja, não para um real benefício dos indivíduos, mas apenas para mantê-las satisfeitas o suficiente para não reclamarem da estrutura de poder e manter o coronelismo vigente.

A partir dessas considerações, que levam à conclusão única de que não havia Cidadania no Brasil durante a Primeira República, JMC busca entender qual era a situação dos indivíduos brasileiros. Ele inicia trazendo uma citação de Louis Couty, biólogo francês, que, em 1881, publicou o livro "A escravidão no Brasil"[56], no qual afirmou que o Brasil não possuía povo, pois 2,5 milhões dos 12 milhões de habitantes eram escravizados e indígenas, parcela que ele considerava como excluídos da sociedade política. Em 1925, JMC revela que o deputado Gilberto Amado, sem citar Couty, fez uma afirmação semelhante[57]: apenas 24% dos 30 milhões de habitantes eram alfabetizados – dentre os votantes, não passavam de 1 milhão, dos quais não mais que 100 mil realmente tinham capacidades críticas, podendo chegar a 10 mil se a aptidão cívica fosse definida com mais rigor.

Com isso, é possível inferir que não havia no país um povo politicamente organizado, com opinião pública ativa e eleitorado amplo e esclarecido[58]. Entretanto, essa falta de demonstração de Cidadania pode ser contraposta por duas ponderações[59]: a primeira se refere aos movimentos políticos que influenciaram o país, como o abolicionista e o tenentismo; já a segunda se relaciona com a escolha formal de Cidadania que Couty e Amado tomaram, que

---

[52] Idem.
[53] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 69.
[54] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 70.
[55] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 71.
[56] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 72.
[57] Idem.
[58] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. pp. 72-73.
[59] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. pp. 73-74.

supõe uma manifestação política dentro dos limites legais, principalmente pelo voto. Até então, no livro, o autor afirma[60] que era essa a definição vigente. Contudo, o próprio JMC admite[61] que talvez outros tipos de participação podem auxiliar na interpretação mais correta da vida política de países como o Brasil. É necessário avaliar em que medida existia um sentimento de identidade nacional – conceito comumente associado à Cidadania, porém que, com ela, não se confunde –, mesmo em um país muito difuso[62].

Apesar de o povo não ser o protagonista de grandes eventos, como a Independência e República, ele conseguiu se expressar de maneira distinta em outros acontecimentos, como o manifesto contra o regresso de D. Pedro I a Portugal e as inúmeras revoltas que ocorreram desde o Brasil Império[63]. Dentre essas, uma das mais populares no Rio de Janeiro durante a Primeira República foi a Revolta da Vacina, na qual a população se indignou contra as políticas higienistas e urbanistas do prefeito Pereira Passos[64] – tal revolta será objeto do próximo capítulo, pois possui relação estreita com a Pequena África. Fato é, não foram movimentos muito propositivos, mas reativos[65]. No entanto, eram nesses rebeldes que se podia observar um esboço de cidadão, ainda que em negativo[66].

Se não havia um cidadão consciente[67], apenas uma percepção intuitiva e simples dos direitos e deveres que por vezes explodia em revoltas, é necessário se perguntar se havia algum sentimento de pertencimento nacional, de ser brasileiro. Até a Proclamação da República, não existia um Brasil, mas uma união de capitanias[68] – inclusive, quando viajavam para o exterior, os representantes das capitanias não se diziam delegados do Brasil, mas de suas próprias regiões. Não à toa, as grandes revoltas dessa época possuíam um tom mais separatista que nacionalista[69], o que só mudou a partir dos combates com inimigos estrangeiros – fossem eles de Portugal ou do Paraguai –, criando um mínimo de senso de

---

[60] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 74.
[61] Idem.
[62] Idem.
[63] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 75.
[64] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. pp. 80-83.
[65] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 83.
[66] Idem.
[67] Idem.
[68] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. pp. 83-84.
[69] É o caso da Sabinada na Bahia, Cabanagem no Pará e Farroupilha no Rio Grande do Sul. As três objetivaram a independência de suas províncias. CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. pp. 84-85.

identidade e união[70]. Esse senso, inclusive, pode ser percebido pelas poesias e canções populares da época[71] – em especial, havia uma em Santos/SP que dizia: "Mamãe, eu sou brasileiro / E a pátria me chama para ser guerreiro"[72]

Todavia, a Proclamação da República, que tinha de tudo para ser um grande movimento popular identitário, foi totalmente orquestrada sem a participação do povo, que apenas assistia bestializado o desfile militar no Rio de Janeiro[73]. A República, em vez de fortalecer o senso de Nação, deu maior voz à lealdade provincial[74], por ter adotado um federalismo norte-americano, a partir de fortes governos estaduais. Os movimentos populares da época tinham fortes raízes anti-republicanas[75], como a Revolta de Canudos. Essa falta de apoio levou os republicanos a tentar legitimar o regime com a manipulação de símbolos patrióticos e a criação de heróis da República[76]. Daí surge Tiradentes, morto pelo Império, como um salvador caracterizado de Jesus Cristo para aumentar a sua popularidade[77].

Portanto, é possível afirmar que, até 1930, não havia um povo organizado politicamente, nem mesmo um sentimento nacional consolidado[78]. A participação política estava restrita a pequenos grupos, enquanto a grande massa popular mantinha distância, quando não oposição[79]. Nos momentos em que o povo agia politicamente, geralmente o fazia de modo reacionário, contra o que entendiam ser abuso das autoridades. Era uma cidadania em negativo[80], pois o povo não tinha lugar no sistema político. O povo era um mero espectador dos grandes acontecimentos políticos, não bestializado, mas curioso[81].

2.3. Considerações sobre o estado de cidadão

As premissas de JMC foram adotadas no presente trabalho, porque o autor apresenta uma teoria de horizontes de Cidadania. Como durante a Primeira República não havia

[70] Idem.
[71] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. pp. 86-87.
[72] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 87.
[73] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. pp. 87-88.
[74] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 88.
[75] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. pp. 88-89.
[76] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 89.
[77] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 90.
[78] Idem.
[79] Idem.
[80] Idem.
[81] Idem.

cidadão, não faria sentido trabalhar esse conceito nesta pesquisa senão por um viés de possibilidades. Por isso, utilizo o artigo indefinido "uma" no título, para já trazer a ideia de que não existe uma única Cidadania possível. Por certo, a Cidadania plena é a reunião da garantia de todos os Direitos. Contudo, por se tratar de um período repressivo, em certa medida, é importante ressaltar os momentos nos quais um dos Direitos foi difundido, ainda que parcialmente, desenhando-se, então, uma linha de construção da Cidadania.

Consequentemente, o propósito não é verificar, por exemplo, se o Samba concedeu direito ao voto para o povo brasileiro – até porque não o fez, caso contrário JMC teria feito outra análise sobre a Cidadania no Brasil. Porém, na verdade, o que se pretende é, com base na tripartição da Cidadania, avaliar em quais pontos o Samba pode ter exercido certa influência para auxiliar os moradores da Pequena África carioca a se colocarem no plano dos cidadãos.

Ademais, a ideia de haver, no Brasil, uma Cidadania em negativo, a partir de revoltas e movimentos reativos, é muito relevante para este trabalho. Afinal, novamente, em se tratando de um contexto sem cidadãos, vale verificar de que forma o povo se posicionou diante dos governos da época. Daí, surge o questionamento sobre se o Samba teve algo a contribuir nesse sentido. Ora, seria fantástico se, por exemplo, tivéssemos sambas com letras de resistência, ou criticando determinados programas estatais. Como o Samba é um produto cultural, não se pode retirar de sua essência os vieses políticos.

Portanto, diante do exposto, em resumo, a Cidadania neste trabalho é aquela defendida por JMC, a partir de uma tripartição em Direitos Civis, Políticos e Sociais, que, juntos, criam o cidadão pleno. No entanto, o que se verificou no Brasil durante a Primeira República foi uma negação de tais direitos, formando-se a Cidadania em negativo, com a ideia de que o povo, deixado às margens da Cidadania, ainda assim a exerceu pelas reações e resistências aos atos autoritários dos governos. Esses importantes conceitos serão devidamente utilizados para a análise da influência do Samba na Pequena África ao final deste trabalho.

3. PEQUENA ÁFRICA

Quando abordo a relação entre o Samba e a construção de uma Cidadania, é necessário saber, antes, a quem eu me refiro, afinal a Cidadania se projeta no conjunto de indivíduos de um país. No entanto, não busco, neste trabalho, avaliar o status de cidadão de toda a sociedade do Rio de Janeiro da Primeira República, mas apenas dos integrantes de um grupo específico, a comunidade da Pequena África. Inicialmente, nesta pesquisa, o recorte social se dava pelo

que eu chamava de “Grupo Marginalizado”, porém, no decorrer do trabalho, percebi que seria mais proveitoso trocar para a Pequena África. Isso porque notei que, no fim, a definição que eu trazia para “Grupo Marginalizado” era justamente dos moradores desse local, pois, para além da exclusão, eles possuem um papel essencial na construção do Samba, como se verá. Consequentemente, faria mais sentido para este trabalho trocar o objeto para Pequena África, até para fugir de generalismos e definições arbitrárias, afinal, como visto no capítulo anterior, o Brasil da Primeira República era repleto de grupos marginalizados ante a ausência de Cidadania plena.

Dessa forma, no presente capítulo, trago uma mistura dos dois conceitos – avalio quem compunha a comunidade da Pequena África a partir do que já havia desenvolvido como “Grupo Marginalizado”. Vale ressaltar que trato Pequena África como metonímia do lugar pela pessoa – ou seja, quando eu mencionar apenas “Pequena África”, sem fazer uma ressalva expressa sobre local, significa que estou me referindo, em realidade, aos seus moradores. Por certo, não pretendo analisar a Cidadania de um local geográfico – afinal indivíduo não o é –, mas de uma região enquanto local de congregação de indivíduos sob um contexto social semelhante. Com isso, proponho o seguinte roteiro para este capítulo: (i) breve histórico da composição social carioca; (ii) análise dos refúgios sociais; e (iii) expressão da Cidadania em negativo.

3.1. O quadro social

Após a exposição acerca da Cidadania, o contexto histórico-social da capital carioca fica um tanto evidente, afinal, não havendo um cidadão pleno no Brasil, o que se percebe é a formação de grandes massas marginalizadas, a partir de uma série de exclusões e violências. Via de consequência, para sobrevivência dessa parcela da população, foi necessária a criação de refúgios, onde poderiam verdadeiramente se expressar e resistir às opressões externas. É nesse contexto que surge a Pequena África, como se verá.

De início, a República foi instaurada logo depois da abolição legal da escravização – digo “legal”, porque não trouxe, de fato, uma libertação ao povo negro, que se viu diante de uma situação marginal, na qual teriam de lutar para ganhar espaço no país[82]. O que se percebeu após a abolição foi uma exclusão reiterada dos “negros, caboclos e brancos pobres”[83], pois os governos republicanos que se sucederam não forneceram nenhum tipo de apoio, obrigando os excluídos a construírem por si uma posição na sociedade. Nesse cenário,

[82] MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. São Paulo: Todavia, 2022. p. 110.
[83] MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. São Paulo: Todavia, 2022. p. 18.

é curioso notar que a figura dos imigrantes europeus não se sujeitava à marginalização[84], porque o Brasil possuía um projeto de modernização que, na visão da época, incentivava o embranquecimento e a europeização do seu povo. Consequentemente, o mercado de trabalho urbano ficou inchado ao dar preferência a tamanha quantidade de imigrantes, nada restando aos demais trabalhadores[85], que, então, tiveram de se submeter a condições precárias de trabalho para conseguirem algum tipo de remuneração.

Logo, é inegável que o modelo escravagista manteve suas influências sobre a nascente República brasileira, com a exclusão reiterada, principalmente, da população negra. Roberto Moura, nesse ponto, revela que as:

> Elites que não se sentiam irmanadas pela nacionalidade brasileira com negros, caboclos, e mesmo com brancos pobres, compreendidos como degradados por seu convívio com a ralé, e assim vistos como também como sendo menos gente do que aqueles que detinham os rumos do futuro.[86]

Dessa forma, fica ilustrado o sentimento da época, no qual a elite não conseguia se sentir parte de uma nacionalidade, se isso significasse congregar com a "ralé" – aqui entendida não apenas como um preconceito de cor direto, mas, também, indireto, visto que os brancos pobres eram excluídos por conviverem com os negros. Ainda, é interessante perceber como essa elite que diminuía os outros, se elevava em tal medida que acreditava possuir as rédeas do país. Consequentemente, enxergo aqui a marginalização como uma ferramenta de manutenção de um *status quo* social, porque a elite buscava se manter no poder e na relevância, ao passo que reservava essa posição apenas aos seus, impedindo o acesso a terceiros, exceto se fossem imigrantes europeus.

Essa manutenção, inclusive, fez parte do projeto político das nascentes Faculdades de Direito, dentre elas a Faculdade do Largo São Francisco: "Na verdade, os cursos jurídicos não visavam alterar as bases autoritárias e excludentes da ordem vigente, mas sim mantê-la em novas bases"[87].

Portanto, o quadro social da Primeira República não é positivo para a Cidadania. Havia um maquinário social inteiramente dedicado à marginalização de grande parcela da população brasileira, em especial dos negros. Essa é uma herança maldita dos tempos de Império, quando preponderava um sentimento de "horror de um país preto"[88].

---

[84] MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. São Paulo: Todavia, 2022. p. 19.
[85] Idem.
[86] Idem.
[87] MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. São Paulo: Todavia, 2022. p. 101.
[88] MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. São Paulo: Todavia, 2022. p. 99.

3.2. A Pequena África

Diante desse cenário de exclusão, em um Rio de Janeiro fervoroso com quase 1 milhão de habitantes[89], a população marginalizada precisou buscar refúgios onde conseguiriam se estabelecer e sobreviver. No caso da capital brasileira, a escolha inicial foi um pedaço do Centro da cidade, no que ficou conhecido como "Pequena África", termo cunhado por Heitor dos Prazeres[90], pela grande concentração de ex-escravizados[91]:

Imagem 1 – Mapa da Pequena África

Fonte: BNDES[92].

Essa região compreende um quadrilátero, limitado pelo Campo de Santana, Cidade Nova e Estácio[93], abarcando o antigo Cais do Valongo, "principal local de desembarque de cativos africanos nas América"[94]. Consequentemente, com o fim da escravização, abriu-se a

---

[89] MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. São Paulo: Todavia, 2022. p. 111.
[90] MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. São Paulo: Todavia, 2022. p. 188.
[91] FRANCESCHI, Humberto M. **Samba de sambar do Estácio**: 1928 a 1931. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2010. p. 19.
[92] BNDES. Viva Pequena África. **BNDES**, Onde Atuamos, Cultura e Economia Criativa, Viva Pequena África. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/cultura-e-economia-criativa/viva-pequena-africa. Acesso em: 07.06.2024.
[93] FRANCESCHI, Humberto M. **Samba de sambar do Estácio**: 1928 a 1931. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2010. p. 19.
[94] CICALO, André; VASSALLO, Simone. Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. **Horizontes Antropológicos**, v. 21, n. 43, pp. 239-271, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-71832015000100010. Acesso em: 07.06.2024. p. 248.

oportunidade de povoar a região sem se preocupar com possível interesse das elites e do poder público, afinal, para eles, era o local destinado a atividades menos "nobres"[95].

Entretanto, com a chegada de Pereira Passos à prefeitura, a falta de interesse com o centro da cidade foi alterada. O novo prefeito, seguindo a linha dos presidentes Campos Salles (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906), adotou uma política de restauração e embelezamento da capital brasileira, influenciada, principalmente, pelas mudanças realizadas em Paris no contexto da *Belle Époque*[96]. As obras tinham por objetivo, em síntese, a remodelação do porto, a abertura de grandes avenidas no centro e a melhoria do acesso à Zona Sul[97]. Para além da questão de infraestrutura, a reforma também buscou melhorar as condições de vida na cidade, ampliando o acesso a saneamento e a saúde, por meio das vacinas[98].

Entretanto, apesar de trazer consigo ideias relevantes para uma melhor vida na cidade, a Reforma Pereira Passos, em momento algum, se preocupou com a população marginalizada. Em realidade, o que se percebeu foi uma intensificação da exclusão social, com a concretização de um verdadeiro "bota-abaixo", pois foi necessária uma verdadeira reconstrução do Centro da cidade[99]. A Praça Onze, onde se estabeleceu a Casa da Tia Ciata – figura histórica relevante para este trabalho, cuja história será melhor abordada adiante –, foi um dos únicos espaços planos da Pequena África que escapou sobreviveu a essa incursão[100]. Para os demais, foi necessário buscar um novo refúgio nas imediações, que, por um acaso geográfico, era rodeada por morros[101], como os da Providência, do Castelo e de Santo Antônio. Foi assim que os morros começaram a ser povoados na capital brasileira.

O fim da Reforma sintetizou o sentimento da época: a cidade estava ajustada às novas necessidades das elites e do poder público, porém não havia espaço nela para a parcela mais pobre da sua população[102]. Os governantes, sem perspectiva para querer lidar com essa situação, apenas aceitaram a miséria do seu povo[103], assistindo inertes a formação das favelas

---

[95] Desde os tempos de colônia, aquela região era utilizada para a construção de prisões, cemitérios para os pobres e forcas, por exemplo. MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. São Paulo: Todavia, 2022. p. 112.
[96] LEAL, Sérgio Luiz Riça. Dos becos e vielas ao glamour parisiense: as transformações urbanas na belle époque no Rio de Janeiro durante os primeiros anos do século XX (1900-1909). **Humanidades em Revista**, v. 2, n. 2, pp. 122-135, 2020. Disponível em: https://seer.unirio.br/hr/article/view/10185. Acesso em: 07.06.2024. pp. 126-127.
[97] MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. São Paulo: Todavia, 2022. pp. 118-119.
[98] MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. São Paulo: Todavia, 2022. p. 119.
[99] Idem.
[100] SODRÉ, Muniz. **Samba**, o dono do corpo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 16.
[101] FRANCESCHI, Humberto M. **Samba de sambar do Estácio**: 1928 a 1931. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2010. p. 22.
[102] MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. São Paulo: Todavia, 2022. p. 120.
[103] Idem.

no Rio de Janeiro. Nessa toada, Roberto Moura é categórico sobre o impacto das alterações realizadas na capital:

> Uma cidade que havia se formado espontaneamente frente às necessidades práticas de seu povo, ganhava uma feição moderna, tendo como modelo a própria Paris, cidade-mito do moderno ocidente. Projeto dirigido às classes superiores e que desconsidera a maioria de sua população, se torna contraditório frente até mesmo às necessidades dessa elite, que precisa de mão de obra barata tanto para levar a cabo seus empreendimentos como para servir suas próprias moradias. Um projeto urbanisticamente incompleto, socialmente leviano. Questões que definiriam na prática uma nova ecologia social na cidade quando mais ou menos distante da cidade "que se civilizava" surgiria um outro Rio de Janeiro, subalterno e marginal, não mais dos escravizados e dos quilombolas, mas o de trabalhadores, empregados, biscateiros e marginais, que se estende da zona portuária da Cidade Nova, que se expande nas favelas e nos subúrbios. A cidade se reforma. A cidade se transforma. A cidade se transtorna. O Rio de Janeiro moderno.[104]

No novo abrigo, o povo se viu diante de uma situação dupla: ao passo que recebiam proteção pela geografia dos morros, também seguiam sendo excluídos do convívio social com os demais integrantes da sociedade. Essa ambivalência foi bem retratada pelo cronista Luís Edmundo: "No Rio de Janeiro, os que descem na escala da vida, vão morar para o alto, instalando-se na livre assomada das montanhas, pelos chãos elevados e distantes, de difícil acesso"[105].

De todo modo, ainda considerando todos os pontos negativos, o refúgio na Pequena África foi muito relevante para os excluídos, afinal, lá, se criou uma verdadeira comunidade, com organização feita pelos próprios moradores, que, em certa medida, se viam como iguais. Foi nesse local que eles podiam se expressar sem se preocupar com a polícia vigiando, afinal o simples uso de um pandeiro poderia ser suficiente para que um guarda prendesse uma pessoa negra, como se arma fosse[106], por exemplo.

Nesse contexto, surgem também as casas das tias baianas, como eram respeitosamente chamadas as matriarcas das comunidades, que geralmente estavam ligadas às religiões de matriz africana, ocupando cargos de liderança e protagonismo para os moradores da Pequena África[107]. O papel da religião aqui surge como uma preocupação em promover a continuação do culto religioso, atrelado a uma ideia de perpetuação da cultura de matriz africana em um local de resistência[108]. Assim, as tias herdam um papel de manutenção das festas culturais e

---

[104] MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. São Paulo: Todavia, 2022. p. 130.
[105] EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. v. 1. Brasília: Senado Federal, 2003. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=19222. Acesso em: 07.06.2024. p. 121.
[106] MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. São Paulo: Todavia, 2022. p. 71.
[107] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. pp. 40-41.
[108] MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. São Paulo: Todavia, 2022. pp. 186-187.

religiosas[109], o que, por si, vem carregado de um senso de comunidade que se cria ao redor dessa figura materna.

A Casa da Tia Ciata obteve posição de destaque nesse meio, sendo considerada "local de afirmação do negro onde se desenvolveram atividades coletivas tanto de trabalho – uma órbita do permitido apesar da atipicidade de atividades organizadas fora dos modelos da rotina fabril – como religiosas e festivas"[110]. No entanto, a preservação desse local se deu, em parte, pela posição do marido da Tia Ciata[111], um respeitado funcionário público ligado à polícia[112], impedindo que qualquer ação policial lá ocorresse. Consequentemente, por mais que houvesse um abrigo aos marginalizados, ainda assim era necessário passar por um certo aval estatal para sua manutenção. Nesse sentido, é ver o seguinte excerto de Roberto Moura sobre a dualidade de permissão e repressão da cultura de matriz africana durante a Primeira República:

> Se a Abolição permitiria que os candomblés pudessem existir abertamente na cidade, a atenção policial sobre os cultos negros mantém-se. Embora não fossem mais proibidos, sofriam diversas restrições – um tempo em que não se podia cantar alto nem tocar com força os atabaques. A proclamação da República promovera a secularização do Estado brasileiro, teoricamente garantindo a legalidade de todas as religiões. Mas o Código Penal, proibindo a "medicina religiosa" compreendida como curandeirismo, condenando tal prática como perigosa à saúde pública e contrária à moral e aos bons costumes, fornecia a base jurídica para continuidade da repressão aos terreiros e casas de culto de origem africana, garantindo a persistência das batidas policiais e mesmo a abertura de processos criminais.[113]

Portanto, a partir dessa breve exposição, percebe-se a formação de um quilombo urbano bem no coração da capital brasileira. A Pequena África, apesar de sua história estar marcada por violências de toda sorte, não deixou de ser um relevante ponto de encontro para a cultura e o povo marginalizados, permitindo que resistissem à exclusão em comunidade. Por isso, faço esse recorte social, para que a cultura lá produzida, no caso, o Samba, fique em evidência, de forma a se avaliar a sua influência na construção de uma Cidadania para os moradores da Pequena África.

---

[109] MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. São Paulo: Todavia, 2022. p. 187.
[110] MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. São Paulo: Todavia, 2022. p. 198.
[111] MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. São Paulo: Todavia, 2022. p. 197.
[112] João Batista da Silva, médico negro, marido de Hilária Batista de Almeida, Tia Ciata, foi chefe de gabinete do chefe de polícia no governo do presidente Wenceslau Brás. SODRÉ, Muniz. **Samba**, o dono do corpo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 15.
[113] MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. São Paulo: Todavia, 2022. p. 186.

3.3. A Cidadania na Pequena África

Por fim, toda essa movimentação não veio sem qualquer tipo de resistência dos moradores da Pequena África. Como havia defendido JMC[114], a Cidadania brasileira dessa época foi exercida em negativo, a partir de comportamentos reativos. Nesse sentido, passo agora a uma breve análise do exercício da Cidadania na Pequena África, a partir da experiência da Reforma Pereira Passos, para fechar este capítulo.

Não posso deixar de passar pela Revolta da Vacina[115], como ficou conhecida a reação popular ao bota-abaixo e demais políticas urbano-higienistas de Pereira Passos. Para além de toda reforma na infraestrutura da cidade, com alargamento das avenidas e demolições dos cortiços, a Reforma de Pereira Passos também teve um viés sanitário[116], a partir da atuação do médico Oswaldo Cruz, que encabeçou um combate às doenças urbanas, como febre amarela e varíola. O sanitarista teve como duas principais propostas[117] a demolição dos cortiços, por conta da estrutura precária que favorecia a proliferação de doenças, e a vacinação obrigatória da população.

Foi a política de vacinação que gerou um grande alvoroço popular. Os argumentos eram diversos, dentre os quais destaco[118]: a vacina não era segura, o Estado não poderia forçar ninguém a se vacinar e os médicos não poderiam invadir as casas para vacinar os moradores. A indignação foi tamanha que se formaram redutos de rebeldes no centro da capital brasileira, área mais atingida e onde se localiza a Pequena África, com confrontos armados contra as forças policiais e as autoridades sanitárias, chegando ao ponto de o governo decretar estado de sítio para controlar a Revolta[119].

A Revolta da Vacina não se resumiu a uma simples discordância com as vacinas, ela foi inserida em um contexto de insatisfação popular generalizada[120]. No entanto, por certo a questão da vacinação foi decisiva para o estopim do levante, afinal estamos falando de uma época mais conservadora que os dias atuais e com menos tecnologia médica. Assim, a aplicação da vacina era feita com uma lanceta[121], abrindo-se uma pequena ferida no local.

---

[114] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 90.
[115] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 82.
[116] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. pp. 80-81.
[117] Idem.
[118] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 81.
[119] Idem.
[120] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 82.
[121] Idem.

Dessa forma, surgiu, na época, uma notícia de que, mesmo na ausência do chefe da família, os médicos entrariam nas casas e aplicariam as vacinas nas "coxas, ou mesmo nas nádegas, das mulheres e filhas dos operários"[122]. A simples ideia de um desconhecido entrar nas casas e violar a intimidade das esposas e filhas era inconcebível para a população da época[123]. Esse sentimento foi bem traduzido na charge abaixo, uma das diversas acerca da revolta da vacina, na qual um homem se dirige a outro, ameaçando qualquer um que tocar em sua esposa para vaciná-la:

Imagem 2 – Charge sobre a vacinação compulsória

Texto: "– Palavra de honra, seu aquelle! No primeiro que puzer a mão no braço de minha mulher eu ponho-lhe o pé na cara!". Fonte: José Carlos[124].

A Pequena África se inseriu nesse contexto revoltoso, visto que o alvo da Reforma Pereira Passos foi justamente o quadrilátero no qual ela se inseria. Salvo o reduto de Tia Ciata, o restante da população marginalizada foi obrigada, pelo bota-abaixo, a se deslocar para os morros. O povo não saiu vitorioso, porém não permitiu que fosse varrido como se

[122] Idem.
[123] Idem.
[124] BRITO E CUNHA, José Carlos de. A Vaccina. [charge]. **Jornal Tagarela**, a. 11, nº 129, Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1904. p. 17. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/tagarela/709689. Acesso em: 10.06.2024.

sujeira fosse sem qualquer tipo de reação – para a população, o objetivo principal era mostrar que o governo "não põe o pé no pescoço do povo"[125]. É de se lembrar que a Revolta da Vacina foi um movimento eminentemente popular[126], porquanto foi a parcela da população diretamente atingida.

Portanto, é interessante verificar como os moradores da Pequena África se colocaram diante dos governos de sua época. Foram marginalizados e excluídos do convívio social, porém sem deixar que isso fosse feito indiscriminadamente, reagindo, por exemplo, contra o governo de Pereira Passos. Essa é exatamente a Cidadania em negativo descrita por JMC: não é uma Cidadania plena, pois não houve a garantia dos Direitos Civis, Políticos e Sociais; porém o povo se insurgiu contra o abuso das autoridades em um movimento essencialmente político.

Por certo, a Revolta da Vacina não foi a única insurgência popular da época na capital carioca – é de se rememorar da importante Revolta da Chibata, liderada pelo marinheiro João Cândido contra os castigos físicos praticados em marinheiros negros[127], mas a trouxe como um exemplo direto do exercício da Cidadania na Pequena África. A imagem abaixo ilustra um pouco essa escolha:

Imagem 3 – Charge sobre a Revolta da Vacina

[125] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 83.
[126] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 82.
[127] ALMEIDA, Silvia Capanema P. de. Do marinheiro João Cândido ao Almirante Negro: conflitos memoriais na construção do herói de uma revolta centenária. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, n. 61, pp. 61-84, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-01882011000100004. Acesso em: 10.06.2024. p. 62.

Texto: “Espetaculo para breve nas ruas desta cidade: Oswaldo Cruz, o Napoleão da seringa e lanceta, à frente das suas forças obrigatorias, será recebido e manifestado com denodo pela população. O interessante dos combates deixará a perder de vista o das batalhas de flores e o da guerra russo-japonesa. E veremos no fim da festa quem será o vaccinador à força!”. Fonte: Leônidas Freire[128].

Portanto, com o término deste capítulo, passo às breves respostas às perguntas dos objetivos secundários. A Pequena África não é apenas uma mera localização geográfica no Rio de Janeiro. Ela se torna um tanto quanto viva a partir da população que nela habitou. Tornou-se um verdadeiro refúgio aos marginalizados pela República, em sua grande maioria, ex-escravizados e seus descendentes, ou seja, a população negra. Em razão de preconceitos, a Pequena África, em uma metonímia do lugar pela pessoa, sofreu com a repressão dos governos, em especial com a Reforma de Pereira Passos. No entanto, em consonância com os conceitos de JMC, foi devidamente exercida a Cidadania em negativo pelos moradores desse quilombo urbano, insurgindo-se contra as autoridades, no que, pelo exemplo trazido, ficou conhecida como a Revolta da Vacina. Dessa forma, o fato de a Pequena África ser povoada pelos excluídos e violentados não foi motivo para aceitação inerte da realidade social, mas para a criação de um local de resistência e apoio para que mudanças fossem pleiteadas. É a criação de um berço para a manutenção da cultura afro-brasileira, em busca da conquista de uma Cidadania plena a sua gente.

4. SAMBA

Feita a introdução sobre a Cidadania e a Pequena África, neste capítulo, busco investigar o fenômeno cultural do Samba, para compreender a sua história e como se posicionou na capital brasileira da Primeira República. Contudo, faço a ressalva de que esta pesquisa não pretende abarcar a totalidade do fenômeno do Samba, mas tão somente trazer elementos essenciais para a análise principal pretendida, acerca da construção de uma Cidadania na Pequena África. Dessa forma, escolhi certos aspectos da história e atuação do Samba que bem ilustrassem os pontos a serem abordados no próximo capítulo.

[128] FREIRE, Leônidas. Guerra Vaccino-Obrigateza. [charge]. **O Malho**, a. III, nº 111, Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1904. p. 14. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/malho/116300. Acesso em: 10.06.2024.

4.1. Uma história do Samba

De início, a palavra "Samba" possui diversos significados[129]. Contudo, aqui, utilizo apenas um: a palavra sob o seu aspecto músico-cultural, que, nas palavras de Muniz Jr., é a "mais forte expressão da música popular brasileira, ou a maior forma de expressão musical do povo brasileiro"[130]. Ou seja, aqui, o Samba é encarado enquanto gênero musical que faz parte do imaginário cultural do brasileiro, influenciando as formas de ver e viver o mundo daqueles que a ele se entregam.

Diante disso, surge uma dificuldade para definir a história do Samba, porque, enquanto manifestação cultural popular, ele não pertence a um indivíduo em específico, mas a toda uma coletividade. Somado a isso, como se verá, o Samba foi difundido inicialmente pelas camadas mais pobres da sociedade brasileira, sendo fortemente reprimido pelos governos da época. Consequentemente, não existe uma única história do Samba, mas diversas, cada uma com um enfoque diferente, a depender do seu narrador. Dessa forma, o que pretendo aqui não é trazer uma consolidação dessa história para criar uma linha do tempo única, porém, em verdade, levantar o que podemos considerar como uma história possível do Samba, a partir de pressupostos determinados que, invariavelmente, vão deixar de lado aspectos trazidos por outras visões.

Feitas essas considerações iniciais, passo à história propriamente dita. A jornada de criação do Samba se inicia na Bahia, encontrando as suas raízes na mistura entre a música trazida pelos escravizados e a música europeia, união que trouxe, por exemplo, o lundu e, depois, o maxixe[131]. Apesar de não haver registros de um samba baiano[132], é possível afirmar que o Samba foi criado na Bahia, tendo apenas ficado famoso no Rio[133]. Em seguida, o Samba passou de um samba baiano para um samba tocado por baianos no Rio de Janeiro[134], chegando à Pequena África, onde encontrou o ambiente ideal para sua difusão, como ilustra Nei Lopes:

> Estes baianos, chegados ao Rio na segunda metade do século XIX, vão constituir, então, como que uma colônia, responsável pela manutenção, em terras cariocas, da cultura marcada de recriações africanas que traziam da terra de origem. E esses

[129] Siqueira traz uma breve análise sobre os diversos significados que a palavra teve no decorrer da história, dentre os quais destaco: coisa própria da zona rural; oração; semba, a dança da umbigada em Luanda; e local para festejo de evento social. De todo modo, pela dificuldade em definir um significado único para o Samba, o autor entende a necessidade de se adotar a expressão como gênero musical para poder estudar esse fenômeno social, que faz parte do folclore e da música popular do Brasil. SIQUEIRA, Magno Bissoli. **Samba e identidade nacional**: das origens à era vargas. São Paulo: Editora Unesp, 2012. pp. 17-26.
[130] MUNIZ JR. Do batuque à escola de samba. São Paulo: Símbolo, 1976. p. 22. *apud* SIQUEIRA, Magno Bissoli. **Samba e identidade nacional**: das origens à era vargas. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 17.
[131] SODRÉ, Muniz. **Samba, o dono do corpo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. pp. 29-32.
[132] MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. São Paulo: Todavia, 2022. p. 238.
[133] Afirmação realizada por Donga, que é considerado o autor do primeiro samba gravado no Brasil, em entrevista a Sodré. SODRÉ, Muniz. **Samba**, o dono do corpo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 70.
[134] MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. São Paulo: Todavia, 2022. p. 238.

> traços culturais vão ser passados aos seus descendentes, alguns dos quais figuras muito importantes no processo de fixação e urbanização do samba na velha capital do Império e da República[135].

Na Pequena África, havia um importante refúgio, que desempenhou um papel especial na história do Samba, a Casa da Tia Ciata. Com a proteção conferida pelo cargo de seu marido, a Tia Ciata promoveu diversas festas e celebrações, que contavam com rodas de samba[136]. Foi nesse ambiente que três figuras essenciais à história do Samba cresceram: Donga, Pixinguinha e João da Baiana[137].

O primeiro, Donga – ou Ernesto Joaquim Maria dos Santos, filho da tia baiana Amélia[138] –, esteve inserido em um grande debate sobre a criação do Samba. Conta Donga, em entrevista à Sodré, que os sambistas sofreram diversos ataques policiais, tendo, inclusive, seus violões confiscados[139]. Esse cenário começou a mudar quando a figura do delegado passou a ser exercida por bacharéis em Direito[140], diminuindo aos poucos a perseguição. Por isso, Donga desejava gravar um samba para que o novo gênero fosse introduzido na sociedade carioca e, consequentemente, fosse mais aceito[141]. Dessa forma, a partir de 1916, passou a rodear a gravadora Odeon[142] para tentar concretizar o seu sonho. No entanto, ainda sofrendo pelo preconceito, o primeiro samba só conseguiu ser gravado um ano depois, em 1917. Foi quando Donga lançou o "Pelo Telefone", inspirado no embate entre a campanha contra o jogo, inaugurada pelo jornalista Irineu Machado, e a falta de intervenção policial na atividade[143].

Esse samba foi sucesso absoluto, abrindo espaço para que outros sambistas fossem acolhidos pelas gravadoras[144]. No entanto, a autoria de Donga foi muito discutida – e ainda é, até para fins de demarcação do início do Samba. O músico foi esperto, apresentou uma versão inicial em outubro de 1916, para um pequeno público, apenas para que seu amigo jornalista Mauro de Almeida publicasse uma nota sobre o samba e, assim, pudesse reclamar direitos de autor sobre a produção[145]. Após registrar a partitura do piano às pressas, afirmando ser o único autor, começou a distribuí-la aos músicos da época, com dedicação aos famosos carnavalescos

---

[135] LOPES, Nei. **Partido-alto**: samba de bamba. Rio de Janeiro: Pallas, 2008. pp. 47-48.
[136] MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. São Paulo: Todavia, 2022. p. 201.
[137] Idem.
[138] SIQUEIRA, Magno Bissoli. **Samba e identidade nacional**: das origens à era vargas. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 190.
[139] SODRÉ, Muniz. **Samba**, o dono do corpo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 72.
[140] SODRÉ, Muniz. **Samba**, o dono do corpo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 72-73.
[141] SODRÉ, Muniz. **Samba**, o dono do corpo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 73.
[142] Idem.
[143] Idem.
[144] SODRÉ, Muniz. **Samba**, o dono do corpo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 74.
[145] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. p. 85.

Peru e Morcego, gerando um alvoroço em torno da música, que ainda não tinha letra divulgada[146]. Os jornais seguraram até a proximidade com o Carnaval para publicar a tão esperada letra de nove estrofes, cuja autoria foi atribuída a Mauro de Almeida[147]:

1. O chefe da folia
Pelo telefone
Manda me avisar
Que com alegria
Não se questione
Para se brincar

2. Ai! Ai! Ai!
É deixar mágoas para trás
Ó rapaz
Ai! Ai! Ai!
Fica triste se és capaz
E verás

3. Tomara que tu apanhes
Pra não tornar fazer isso
Tirar amores dos outros
Depois fazer teu feitiço

4. Ai, se a rolinha
Sinhô, sinhô
Se embaraçou
Sinhô, sinhô
É que a avezinha
Sinhô, sinhô
Nunca sambou
Sinhô, sinhô

5. Porque este samba
Sinhô, sinhô
De arrepiar
Põe perna bamba
Sinhô, sinhô
Mas faz gozar

6. O Peru me disse
Se o Morcego visse
Não fazer tolice
Que eu então saísse
Dessa esquisitice
De disse e não disse

7. Ai! Ai! Ai!
Ah! Está o canto ideal
Triunfal
Viva o nosso Carnaval
Sem rival

8. Se quem tira amor dos outros
Por Deus fosse castigado
O mundo estava vazio
E o inferno só habitado

9. Queres ou não
Sinhô, sinhô
Vir pro cordão
Sinhô, sinhô
E ser folião
De coração
Sinhô, sinhô…[148]

Apesar dessa letra com estrofes aparentemente desconexas entre si, a música caiu na graça do povo, após ouvirem junto da melodia que já era divulgada há semanas sem parar[149]. Rapidamente, a Casa Edison já gravou duas versões do samba[150]: uma instrumental e outra interpretada. No primeiro disco, a autoria ficou integralmente com Donga, enquanto o segundo disco apenas mencionava o intérprete. Nos dois casos, o gênero anunciado era o samba, diferentemente do tango-samba, como Donga havia divulgado anteriormente[151]. Surge aí, "oficialmente", o Samba!

Por certo, diversas outras produções já haviam sido intituladas como samba e outros sambas já haviam sido gravados[152]. Inclusive, há uma discussão sobre se "Pelo Telefone" é, de fato, um samba, pois é possível enquadrá-lo, devido ao seu ritmo e à sua harmonia, como maxixe[153]. De todo modo, Donga não deixou de contribuir para a história musical, afinal inaugurou um novo tipo de estratégia para divulgação, dando certo profissionalismo ao

[146] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. pp. 85-86.
[147] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. p. 86.
[148] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. pp. 87-88.
[149] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. p. 89.
[150] Idem.
[151] Idem.
[152] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. pp. 89-90.
[153] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. p. 90.

Samba[154]. Isso porque não era a prática da época, por exemplo, se preocupar com direitos autorais em composições culturais – não existia a figura do plágio.[155]

Todavia, ainda em 2017, uma outra versão de "Pelo Telefone" surgiu, cantada por Júlia Martins no Teatro São José, fazendo uma sátira do chefe de polícia Aurelino Leal[156]. Logo após, o Jornal do Brasil publicou uma nota alertando que esse samba não era de autoria de Donga[157] – em realidade, tratava-se de uma composição coletiva, cuja autoria poderia ser atribuída, por exemplo, à Tia Ciata, além do Sinhô, quem teria feito o arranjo original. Estava aí armado o circo para a grande polêmica acerca do suposto primeiro samba gravado, com Mauro de Almeida negando ter sido autor dos versos e Donga fugindo de qualquer explicação[158]. O alvoroço sobre o "Pelo Telefone" foi muito bem aproveitado por terceiros, que desejavam aproveitar a fama para benefício próprio – foi o caso, por exemplo, da cervejaria Brahma, utilizando a música em anúncios da sua cerveja mais popular, a Fidalga[159]:

Imagem 4 – Propaganda da Cerveja Fidalga

Canção Carnavalesca

(COM A MUSICA «PELO TELEPHONE»)

O chefe da Folia
Pelo Telephone
Mandou-me dizer
Que ha em toda parte
Cerveja Fidalga
P'ra gente beber!

Quem bebe Fidalga
Tem alma sadia
Coração jovial.
Fidalga é a cerveja
Que a gente deseja
Pelo Carnaval!

[154] Idem.
[155] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. pp. 90-91.
[156] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. pp. 91-92.
[157] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. p. 94.
[158] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. p. 95.
[159] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. p. 96.

Texto: “Canção Carnavalesca (com a musica ‘Pelo Telephone’) | O chefe da Folia / Pelo Telephone/ Mandou-me dizer / Que há em toda parte / Cerveja Fidalga / Pra gente beber! // Quem bebe Fidalga / Tem alma sadia / Coração Jovial. / Fidalga é a cerveja / Que a gente deseja / Pelo Carnaval!”. Fonte: A Noite[160].

Feita essa passagem inicial pela figura emblemática de Donga, passo o foco para seus dois colegas: Pixinguinha, ou Alfredo da Rocha Vianna Filho, e João da Baiana, também João Machado Guedes. O primeiro chegou à música muito jovem, aos 11 anos conseguiu seu primeiro cavaquinho, compondo, dois anos depois, o seu primeiro choro, gênero musical que tinha mais prestígio naquela época[161]. Com 15 anos, Pixinguinha foi introduzido ao maestro Paulino Sacramento[162], pois já era um músico conhecido nas ruas e o maestro precisava de um flautista para ocupar um espaço de última hora em sua orquestra[163]. Assim, mesmo sendo recebido com repulsa por ser “um fedelho”[164], Pixinguinha foi ao salão de ensaios e surpreendeu a todos, brilhantemente tocando a partitura que lia. Logo foi contratado e conquistou os corações do público, de tal forma que, quando o flautista original retornou, viu que havia perdido o seu lugar, sendo dispensado pelo maestro para recontratação de Pixinguinha[165]. Esse foi o início de sua história, que ainda há o que se contar aqui, mas, antes, passo para João da Baiana.

O segundo colega de Donga sofreu com as repressões do início da Primeira República. Filho de uma tia baiana, a Tia Perciliana[166], viveu o meio carnavalesco da Pequena África. Inclusive, na casa de sua mãe, era frequentador assíduo o coronel Hermes da Fonseca, futuro marechal e presidente da República[167]. Devido ao ambiente musical, virou presença certa na Festa da Penha, festividade em homenagem à Nossa Senhora da Penha tão famosa que a companhia de trens precisava aumentar a frota para dar conta da população festejante, bem como a polícia montava um esquema especial sob o pretexto de garantir a segurança, com diversas prisões preventivas[168].

Entretanto, em determinado ano, João da Baiana não conseguiu ir à festa, porque teve o seu pandeiro apreendido por um policial “de maus bofes”[169]. Naquela época, vigorava um código penal que criminalizava a vadiagem, entendida como o indivíduo desempregado – essa

---

[160] A NOITE. Canção carnavalesca. [anúncio]. **A Noite**, a. VII, nº 1851, Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1917. p. 3. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/noite/348970. Acesso em: 11.06.2024.
[161] SODRÉ, Muniz. **Samba**, o dono do corpo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 79.
[162] SODRÉ, Muniz. **Samba,** o dono do corpo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 80.
[163] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. pp. 72-73.
[164] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. p. 73.
[165] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. p. 74.
[166] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. p. 67.
[167] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. p. 68.
[168] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. p. 69.
[169] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. p. 70.

lei havia surgido apenas dois anos após a Abolição, quando a grande população negra se encontrava marginalizada do mercado de trabalho[170]. Como comprovou emprego, João teve apenas o seu instrumento musical levado, deixando-o desanimado para ir ao festejo da santa. A sua ausência foi muito presente, ao ponto do senador líder do Partido Republicano Conservador lhe mandar um recado, para que fosse ao seu gabinete, pois pretendia dar-lhe de presente um novo pandeiro[171]. O novo instrumento, inclusive, virou uma proteção ao jovem, pois ninguém ousaria mexer no presente do senador, expressando a complexidade das relações da época: a elite carregava um forte preconceito contra os marginalizados, porém, ao mesmo tempo, era a partir do contato com ela que eles conseguiam algum tipo de proteção contra a violência policial[172].

A "Santíssima Trindade responsável pela gênese da música popular brasileira moderna e urbana"[173], composta por esses três, não se limitou aos talentos individuais de cada qual. Chegou a vez do grupo "Oito Batutas". Inicialmente, Donga e Pixinguinha participavam de um famoso grupo musical, o Grupo Caxangá[174], que fazia parte dos carnavais cariocas. Contudo, em 1919, o grupo entrou em declínio, o que coincidiu com uma crise dos cinemas, diante do declínio do público desde a Gripe Espanhola de 1918[175]. Nesse contexto, Isaac Frankel, gerente do cinema Palais, teve uma brilhante ideia para apresentar a Pixinguinha: a criação de um grupo musical mais reduzido, que coubesse no palco dos cinemas, para atrair mais espectadores[176].

Inicialmente, o grupo contava com Donga e Pixinguinha na sua composição, além de outras figuras relevantes da época, porém João da Baiana não estava no elenco. Inclusive, como se verá, quando o os Oito Batutas partiram em turnê, devido ao seu posto militar, que não desejava largar, João da Baiana decidiu não embarcar na viagem[177], revelando um possível motivo pelo qual o amigo não fez parte do grupo. De todo modo, a presença dos Oito Batutas foi um baque para os frequentadores do Palais, cuja plateia costumava ser "composta por senhores engravatados e *demoiselles* de chapelões com plumas"[178]. Todavia, as críticas não estavam na mente dos integrantes do grupo, que se sentiam orgulhosos ao perceber, na

---

[170] Idem.
[171] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. pp. 70-71.
[172] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. p. 71.
[173] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. p. 67.
[174] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. pp. 117-119.
[175] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. p. 118.
[176] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. pp. 118-119.
[177] Na falta de uma fonte diversa, utilizei o repositório do Instituto Moreira Salles, visto se tratar de uma organização séria de pesquisa histórica. IMS. **Pixinguinha**. Perfis, João da Bahiana. Disponível em: https://pixinguinha.com.br/perfil/joao-da-bahiana/. Acesso em: 11.06.2024.
[178] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. p. 119.

platéia, figuras como Rui Barbosa e Arnaldo Guinle, presidente do time de futebol Fluminense, este que os convidava para apresentações particulares em sua mansão[179].

Aos poucos, os Oito Batutas foram conquistando o público aristocrata, ao ponto de serem reconhecidos como "orquestra típica"[180]. Essa fama rendeu o início das turnês, começando pelos estados brasileiros, como São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco[181]; ao ponto de, em 1921, serem convidados pelo próprio Presidente da República Artur Bernardes para tocar no Palácio da Guanabara durante a recepção do general herói francês da Primeira Guerra, Charles Mangin[182]. Logo após, apresentaram-se no subsolo do Teatro Municipal carioca, acompanhando a performance do bailarino internacional Duque, ou Antônio Lopes de Amorim Dinis[183]. O Duque ficou maravilhado com os Oito Batutas, pois sempre sentiu uma dificuldade de encontrar instrumentistas que conseguissem tocar à altura do seu espetáculo[184]. No entanto, com o grupo de samba foi diferente, Duque viu neles o que tanto ansiava, convidando-os para uma turnê na França[185]. Direto da Pequena África para a Europa, os Oito Batutas foram levar à Paris a cultura brasileira, em uma viagem que havia sido planejada para durar um mês, mas perdurou por seis[186].

Tenho como finalizada a "uma" história do Samba proposta. Já estão reunidos os elementos históricos suficientes para análise pretendida neste trabalho. Por certo, uma vastidão de pontos do Samba ficaram de fora, como os ranchos de carnaval e a figura de Hilário Jovino. No entanto, entendo que a exposição já realizada seja suficiente para nos situar historicamente sobre esse fenômeno cultural.

Portanto, sinteticamente respondendo às perguntas dos objetivos secundários para este subcapítulo, foi visto que delimitar a história do Samba é uma tarefa desafiadora, por se tratar de uma criação da cultura negra escravizada, reiteradamente deixada de lado. Ainda assim, é possível traçar horizontes históricos, pelos quais é possível compreender uma linha do tempo para o Samba: ele nasceu na Bahia e foi trazido ao Rio de Janeiro pelas tias baianas e tantos outros recém-libertos, que se refugiaram na Pequena África. Por conseguinte, esse quilombo urbano desempenhou um papel essencial para a difusão do Samba; fossem pelas rodas de samba que lá ocorriam; pelos frequentadores externos que beberam dessa fonte; ou pelos filhos da Pequena África, que romperam as barreiras e levaram o Samba ao mundo. Como

[179] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. p. 120.
[180] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. p. 121.
[181] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. p. 122.
[182] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. p. 124.
[183] Idem.
[184] Idem.
[185] Idem.
[186] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. p. 125.

parte da cultura negra, o Samba bem se relacionou com os seus, permitindo até que viajassem à Europa. Por outro lado, em um primeiro momento, sofreu para ser aceito pelo restante da população, que foi cedendo aos poucos, a partir de apresentações de grupos musicais como os Oito Batutas, que não teriam ocorrido sem o apoio de membros da própria elite brasileira.

4.2. A atuação do Samba

Após a introdução histórica do Samba, o desafio deste subcapítulo é verificar o seu papel na formação de uma identidade nacional durante a Primeira República, pois esse conceito, como já visto, está intimamente ligado à Cidadania, apesar de com ela não se confundir. Assim, é necessário relembrar da Semana de Arte Moderna de 1922 ("SAM"), que ocorreu em São Paulo.

Esse movimento inaugurou a corrente modernista no país e se propôs a mudar os paradigmas até então vigentes, muitas vezes herdados da Europa[187]. Dessa forma, um dos lemas da SAM era a criação de uma cultura brasileira independente das raízes europeias[188]. Ora, era necessário conceber uma ideia de identidade nacional, afinal não há como se falar em cultura nacional se não houvesse um conceito de Nação, com definição de brasileiro para além do mero local de nascimento. Em meio a esse processo de redescoberta do Brasil, aponto duas principais questões para o Samba: o apagamento da cultura negra a partir de um embranquecimento e a criação de uma indústria cultural.

A primeira questão já se inicia com uma negação do papel do negro como criador de cultura, por um puro preconceito das elites, herdado dos tempos de escravização[189]. Essa posição acaba por se fundar em um suposto argumento musical, no qual a música desenvolvida pelos negros teria uma "pobreza melódica"[190], em especial pela presença constante da síncopa no Samba, que é "uma alteração rítmica que consiste no prolongamento do som de um tempo fraco num tempo forte"[191]. Os termos musicológicos de Sodré evidenciam, como o autor defende[192], uma tática de falsa submissão, na qual a música negra parece acatar os ditames da música europeia; porém, simultaneamente, os desestabilizam pela

---

[187] SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 338.
[188] SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 339.
[189] SIQUEIRA, Magno Bissoli. **Samba e identidade nacional**: das origens à era vargas. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 49.
[190] SIQUEIRA, Magno Bissoli. **Samba e identidade nacional**: das origens à era vargas. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 54.
[191] SODRÉ, Muniz. **Samba,** o dono do corpo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 25.
[192] Idem.

síncopa. Nesse sentido, Siqueira atesta[193] que o argumento de melodia fraca não possui embasamento, afinal a música, quando não entendida pela letra, é sentida pelo seu ritmo, restando apenas, então, o preconceito para fundamentá-lo. Ademais, ainda no tópico do embranquecimento do Samba, relembro o "Pelo Telefone". Donga havia o divulgado inicialmente como um tango-samba, em vez de só samba. Ora, a associação de sua música a um gênero musical europeu revela uma necessidade de se mascarar as origens do que se pretendia construir ali para que fosse aceito[194].

Em seguida, passo ao processo de industrialização da cultura brasileira, intimamente ligado, no caso do Samba, ao seu embranquecimento. Isso porque, adiantando um pouco a discussão, não é possível vender em massa determinado produto se ele não for aceito pela população. No caso, para vender o Samba às elites, seria necessário mitigar os seus elementos negros. Por conseguinte, a febre nacionalista inaugurada pela SAM na década de 1920 foi um dos motores para a comercialização do Samba[195] – foi justamente nessa época que os Oito Batutas foram formados e partiram para a Europa. Esse processo de mercantilização, aliado ao embranquecimento, é bem ilustrado por Sodré:

> A classe média torna-se, assim, produtora *sistemática* de sambas e começa a fazer passar, através do som e da letra, novas significações culturais. Na realidade, tratava-se de um movimento de expropriação paulatina do instrumento expressivo de um segmento populacional (pobre, negro) por outro (médio, branco).É exatamente isto o que indica o verso de Vinicius de Moraes: "Porque o samba nasceu lá na Bahia / E se hoje ele é branco na poesia / Ele é negro demais no coração…"[196]

Nesse ponto, porém, a expropriação não ocorre como um roubo cultural, mas como parte do funcionamento da produção mercantil do Samba, a partir de uma classe média que fez surgir uma indústria fonográfica rentável. No entanto, o cronista Vagalume, ou Francisco Guimarães, alerta sobre essa mudança de paradigma, porque se estaria diante de uma possível morte do Samba, que havia se tornado um artigo industrial para satisfação da ganância das produtoras[197].

A indústria cultural, com seu ritmo acelerado próprio, forçou uma passagem de "viver no samba" para "viver de samba"[198]. Isso é positivo na medida em que determina uma

---

[193] SIQUEIRA, Magno Bissoli. **Samba e identidade nacional**: das origens à era vargas. São Paulo: Editora Unesp, 2012. pp. 54-55.
[194] SIQUEIRA, Magno Bissoli. **Samba e identidade nacional**: das origens à era vargas. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 106.
[195] SODRÉ, Muniz. **Samba,** o dono do corpo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 49.
[196] SODRÉ, Muniz. **Samba,** o dono do corpo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 50.
[197] GUIMARÃES, Francisco. Na roda de samba. Funarte, 1978. p. 31 *apud* SODRÉ, Muniz. **Samba,** o dono do corpo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 51.
[198] SODRÉ, Muniz. **Samba,** o dono do corpo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 52.

profissionalização do sambista – ora, surge aí a figura do compositor trabalhador, em um ofício de criar sambas[199]. Por outro lado, é negativo, pois força uma alteração da essência original do Samba, obrigando-o a se adaptar para um cenário do espetáculo, com preocupações acerca da sua rentabilidade[200].

Uma das consequências desse contexto é a individualização dos compositores: "o músico negro teria de individualizar-se, abrir mão de seus fundamentos coletivistas (ou comunalistas), para poder ser captado como força de trabalho musical"[201]. Antes, como já exposto, não havia uma preocupação exacerbada com a autoria das músicas. Assim, os músicos costumavam apenas mostrar as marchinhas para terceiros sem se preocupar em mencionar o autor, mesmo se fossem eles[202]. A alegria decorria de o povo cantarolar nas ruas os trabalhos por eles compostos[203]. Era uma glória às escondidas, longe dos holofotes. Porém, com a mercantilização do Samba, há uma mudança no foco de atenção dos compositores, saindo da reprodução oral casual dos trabalhos pelo povo para uma simples reprodução de um espetáculo[204]. Consequentemente, surge um maior distanciamento entre produtor e consumidor do Samba – o que, em se tratando de uma cultura inicialmente negra, invariavelmente altera as relações sociais nas comunidades negras[205], como a Pequena África.

Nesse ponto, por exemplo, surge a figura da compra de sambas, em que compositores mais reconhecidos, geralmente brancos, adquirem músicas de outros compositores mais desconhecidos, sem dar os devidos créditos[206]. Não havia, naquela época, uma concepção do Samba como Arte, que traria maior necessidade de proteção da autoria, permitindo-se criar uma nova prática de exploração dos negros pelos brancos[207].

Portanto, para finalizar, o papel do Samba no projeto de formação de uma identidade nacional se deu a partir desses dois processos: embranquecimento e industrialização do Samba. Isso porque, permitiram, ainda que com diversas críticas, a difusão generalizada da cultura popular brasileira. Por certo, a propagação do Samba se deu em um contexto de negação do papel do negro na formação da cultura brasileira, concomitantemente com uma usurpação do Samba pelos brancos. Assim, apesar de a Primeira República não consolidar uma identidade nacional, o que virá apenas na Era Vargas, é patente que o Samba

---

[199] Idem.
[200] Idem.
[201] SODRÉ, Muniz. **Samba,** o dono do corpo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 40.
[202] SODRÉ, Muniz. **Samba,** o dono do corpo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 52.
[203] Idem.
[204] SODRÉ, Muniz. **Samba,** o dono do corpo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 53.
[205] Idem.
[206] SODRÉ, Muniz. **Samba,** o dono do corpo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 57.
[207] Idem.

desempenhou um papel crucial no início da formação dessa identidade. Afinal, foi criado um verdadeiro produto cultural brasileiro, que foi explorado economicamente e exportado para diversos países.

5. SAMBA E CIDADANIA

Agora, a pesquisa está posta. Todas as introduções e análises preliminares necessárias já foram feitas. Resta, pois, juntar as informações para responder às duas últimas perguntas, acerca da relação entre o Samba e a Cidadania e, então, sobre a influência do Samba na construção de uma Cidadania na Pequena África. O caminho a se percorrer é de, inicialmente, aplicar o Samba ao conceito de Cidadania de JMC, para se compreender essa interação. Em seguida, consolido as respostas aos objetivos secundários para formular uma resposta ao objetivo principal deste trabalho. Com isso, os objetivos terão sido cumpridos, cabendo ao próximo capítulo tecer algumas considerações sobre este trabalho.

5.1. A relação entre Samba e Cidadania

De início, vale recapitular brevemente o conceito de Cidadania, que, aqui, parte da definição tripartite[208] trazida por JMC. Dessa forma, para formação do cidadão pleno, é necessário buscar a garantia dos Direitos Civis, Políticos e Sociais. Caso os Direitos não sejam plenamente efetivos, há a figura da Cidadania em negativo[209], em que o povo se manifesta politicamente a partir de reações populares contra abusos das autoridades. Por conseguinte, o autor afirma que, no Brasil, houve uma preponderância dos Direitos Sociais[210], que, inclusive, surgiram primeiro. Por fim, a construção de uma Cidadania, para JMC, estaria também atrelada à relação[211] dos indivíduos com o Estado e a Nação, na qual o sentimento de identidade nacional é relevante para haver identificação popular. Diante do exposto, traço uma análise do Samba sobre cada um dos Direitos, a Cidadania em negativo e a relação Estado-Nação para verificar como ele se relacionava com a Cidadania de JMC.

Em relação aos Direitos, começo com os Civis, ligados à ideia de liberdades e direitos fundamentais. Nesse contexto, um ponto de encontro claro é a liberdade de ir e vir dos sambistas, diante da criminalização da vadiagem e da perseguição de negros – afinal o

[208] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 17.
[209] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 90.
[210] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. pp. 19-20.
[211] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 20.

simples porte de um pandeiro já era suficiente para um enquadro policia. Contudo, o Samba não promoveu uma alteração legislativa para impedir a atuação racista das autoridades, afinal, no caso da vadiagem, ela estava prevista no Código Penal de 1890, que só foi substituído em 1940. Por outro lado, foram mencionados neste trabalho alguns episódios nos quais a elite passou a proteger os sambistas, como a história de João da Baiana e o Senador do Partido Republicano Conservador, que deu ao sambista um pandeiro-escudo[212]. Já em relação a outros direitos fundamentais do indivíduo, como a propriedade e igualdade, JMC já analisou a falta de concretização, diante do preconceito herdado pela República. Consequentemente, no campo dos Direitos Civis, o Samba não representou avanços consideráveis.

Já para os Direitos Políticos, surge um ponto interessante para a análise. Apesar de o Samba também não ter alterado as regras de votação, mantendo-se a exclusão de grande parcela da população das eleições[213], houve uma movimentação satírica sobre os fatos políticos do cotidiano. Para ilustrar, o "Club de São Cristóvão", grupo carnavalesco da época, trouxe, em seu desfile, um carro alegórico com temática da Revolta da Vacina, no qual "uma grande seringa sopra sobre um pobre diabo"[214], como noticiou a Gazeta de Notícias na edição de terça-feira de carnaval. Junto da alegoria crítica, a letra a acompanhava:

> Tinha a seringa muitas serventias,
> De mil maneiras era posta em uso,
> Por isso resolveu há poucos dias,
> O Dr. Passos reprimir-lhe o abuso.
>
> Deu tratos à cachola um quarto de hora,
> Coçou, pensando, o seu carão barbudo,
> Ergueu-se teso ao fim de tal demora.
> E disse: "Eureca" É proibir o entrudo".
>
> Logo o edital correu todos os postos,
> Dizendo: "Pra acabar com o uso infrene
> Da seringa, permito a dos impostos,
> E a da sapientíssima hygiene"[215].

A piada estava escancarada[216], pois o governo de Pereira Passos foi marcado pela imposição de novos tributos e por uma política higienista contra a população do centro da cidade. O próprio "Pelo Telefone" de Donga trazia, em sua letra, a questão política da tentativa falha de proibição dos jogos e a polícia nada fazia[217]. Já o "Pelo Telefone" de Júlia

---

[212] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. p. 70.
[213] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 72.
[214] GAZETA de Notícias. Carnaval: Club de São Cristóvão. **Gazeta de Notícias**, a. XXXI A, nº 47, Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1904. pp. 1-2. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/gazeta/103730. Acesso em: 10.06.2024.
[215] Idem.
[216] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. p. 47.
[217] SODRÉ, Muniz. **Samba**, o dono do corpo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 73.

Martins, cantado no Teatro São José, foi ainda além na sátira, com uma menção direta ao chefe de polícia Aurelino Leal[218]. Isso porque ele havia determinado a apreensão de todos os materiais relativos a jogo no Clube Palace, em decorrência do protesto do dono do clube, visto o péssimo tratamento recebido após uma batida policial para averiguar uma briga no local. Para tanto, de forma semelhante aos Direitos Civis, o Samba também não efetivou, plenamente, os Direitos Políticos, porém trouxe maior influência que no caso anterior, haja vista que as letras dos sambas possuíam um forte conteúdo crítico e sarcástico.

Por fim, em se tratando de uma manifestação cultural, é de se esperar que o Samba tenha tido uma forte atuação no campo dos Direitos Sociais, que buscam o acesso à "riqueza coletiva"[219]. Essa influência pode ser verificada, principalmente, em relação a três pontos: educação, trabalho e cultura. No primeiro, o Samba pode ser entendido como ambivalente, porque, ao passo que incentiva os sambistas a procurarem o estudo, muitas vezes se abandonava – ou nem começava – o estudo formal das escolas, focando-se no necessário para a atuação no ramo musical. Ora, é o caso de Pixinguinha, que largou a escola para se dedicar aos afazeres musicais[220]. Além dele, João da Baiana nunca frequentou o colégio[221]. Se nem os sambistas da "Santíssima Trindade" não concluíram a escolarização formal, é de se imaginar a situação dos outros relacionados ao Samba. Por certo, não desconsidero que essa situação decorra de uma simples decisão pessoal dos dois, porém serve para fins de ilustração. No campo escolar formal, o Samba não foi tão efetivo, mas não se pode descartar os outros tipos de educação e sabedoria – tocar qualquer tipo de instrumento não é trivial, Pixinguinha, por exemplo, era muito talentoso, aprendendo a tocar Saxofone sozinho em poucos dias[222], apenas ouvindo e testando o instrumento musical.

Por outro lado, em relação ao trabalho, o Samba foi evidentemente influente. Em meio a um ambiente no qual estar desempregado era crime de vadiagem, a atividade musical passou a ser um caminho possível para auferimento de renda. Surgiu a figura do sambista profissional[223], trabalhando em orquestras, rádios, produtoras, dentre outras opções. Esse horizonte se tornou possível a partir da indústria cultural criada ao redor do Samba, exigindo uma capacitação do sambista e uma maior produção de músicas. Assim, surgiu até a preocupação com direitos autorais, que não existia até a polêmica de "Pelo Telefone". Para

---

[218] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. pp. 91-92.
[219] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 18.
[220] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. pp. 75-76.
[221] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. p. 68.
[222] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. pp. 135-136.
[223] SODRÉ, Muniz. **Samba**, o dono do corpo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 37.

ilustrar, um sambista importante da época, Sinhô, produziu um carimbo com o qual conseguia identificar as partituras negociadas pelos autorizados a vender a obra[224]. Caso encontrasse alguma cópia não autenticada, já fazia uma denúncia junto à polícia[225]. Chegou ao ponto de, em um caso[226], precisar acionar o Judiciário para realizar busca e apreensão de material irregularmente comercializado, com base no artigo 672 do, então novo, Código Civil de 1916. O pedido foi deferido e gerou um alvoroço quando do seu cumprimento, no que ficou conhecido como a primeira diligência sobre direitos autorais após o novo Código Civil[227].

No entanto, não foi extinta a figura do sambista "amador", aquele que não vivia do Samba, possuindo ocupação própria. Foi o caso de João da Baiana, por exemplo, que não largou o serviço militar para se juntar aos Oito Batutas em turnê. Consequentemente, o Samba não foi capaz de promover economicamente os sambistas como classe social[228]. Entretanto, de todo modo, não se pode negar que o Samba abriu uma nova possibilidade de ocupação, até pela venda das composições sem futuro reconhecimento da autoria, apesar de todas as críticas possíveis a esse modelo. Para tanto, considero que o Samba foi efetivo no campo do trabalho, pois trouxe mudanças significativas para o cenário dos sambistas, permitindo um maior acesso ainda que para alguns, ao mercado de trabalho, que estava saturado na Primeira República, diante da presença de muitos imigrantes europeus, que possuíam preferência.

Por fim, em relação à Cultura, o Samba representou uma clara influência, afinal colocou nos holofotes uma manifestação cultural antes mais restrita socialmente. Por meio do processo de embranquecimento e industrialização do Samba, o sambista foi alçado a uma nova posição social, ainda que a sua classe fosse mantida, permitindo uma maior difusão da cultura negra. É curioso perceber que, antes, a elite não queria se relacionar com o Samba, por se tratar de uma expressão cultural negra; mas, com o apagamento da autoria, prontamente se associou ao gênero musical, até para explorá-lo economicamente.

Aqui, surgem novamente diversas críticas à forma pela qual o processo de divulgação do Samba ocorreu, pois houve um apagamento do protagonismo negro para que a manifestação fosse mais aceita socialmente pelas elites. Entretanto, o Samba não se submeteu livremente ao branco, afinal houve um processo de falsa submissão[229], em que a música parecia acatar os desejos da música europeia, porém os sufocava com a síncopa. Vou além, o

---

[224] NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017. p. 100.
[225] Idem.
[226] Idem.
[227] GAZETA de Notícias. "Ella lá e eu aqui"!. **Gazeta de Notícias**, a. XLIII, nº 68, Rio de Janeiro, 10 de março de 1918. p. 4. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/gazeta/103730. Acesso em: 12.06.2024.
[228] SODRÉ, Muniz. **Samba**, o dono do corpo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 59.
[229] SODRÉ, Muniz. **Samba,** o dono do corpo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 25.

Samba é "ao mesmo tempo um movimento de continuidade e afirmação de valores culturais negros"[230], de tal sorte que a sua resistência não decorre de uma simples contrariedade à cultura branca, pois, assim, o Samba seria extraído do branco. Portanto, o Samba representou uma conquista social muito significativa, ampliando o acesso aos Direitos Sociais por meio da legitimação da cultura inicialmente marginalizada, mas que, gradativamente, conquistou a sociedade carioca.

Após a análise dos Direitos tripartites da Cidadania, passo agora para uma breve reflexão acerca do papel do Samba na Cidadania em negativo e na relação Estado-Nação. Para o primeiro papel, como já exposto, o Samba auxiliou na construção de um senso político, em especial por conta das letras críticas contra os governos da época. Consequentemente, sendo a Cidadania em negativo uma expressão política reativa da população, é patente que o Samba teve uma função relevante para que houvesse uma união popular reagindo aos abusos das autoridades. Principalmente, é possível enxergar o Samba como um fonte de resistência e elemento de identidade sócio-cultural, incentivando pela conquista de Direitos, em especial os Sociais.

Por fim, no que concerne à relação Estado-Nação, a análise recai na exposição realizada no capítulo sobre a atuação do Samba, em que se verifica a influência na formação de uma identidade nacional. Isso porque, para a faceta do Estado, ela se importa mais com a participação política[231], cuja análise já foi satisfatoriamente abordada quando dos Direitos Políticos e da Cidadania em negativo. Agora, para a faceta da Nação, é preciso avaliar o quanto foi possível, por meio do Samba, promover um sentimento de pertencimento e união.

Nesse sentido, a conclusão é ambivalente, pois, ao passo que se percebeu o início de uma cultura brasileira, também não foi consolidada a Nação durante a Primeira República. Ademais, a cultura que se consolidou passou por um processo de embranquecimento e industrialização. Consequentemente, perdeu a essência do grupo inicialmente criador, os negros, nos termos da análise sobre os Direitos Sociais. Por conseguinte, ainda que em menor medida, por se tratar de uma nascente República, é possível afirmar que o Samba contribuiu para uma melhor relação com o Estado-Nação, afinal criou um produto político-cultural muito forte, que foi explorado economicamente e trouxe certa unidade social, mesmo que isso tenha significado um apagamento da autoria negra.

---

[230] SODRÉ, Muniz. **Samba,** o dono do corpo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 56.
[231] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. p. 20.

Portanto, feita a análise acerca da relação entre o Samba e a Cidadania, é possível responder ao questionamento feito como objetivo secundário, sobre os aspectos de tal relação. Nesse sentido, o Samba teve uma influência positiva na Cidadania durante a Primeira República. Apesar de JMC consagrar que não havia cidadão pleno nessa época, o Samba incentivou a garantia dos Direitos Civis, Políticos e Sociais – os dois primeiros em menor grau, diante da ausência de mudança efetiva da legislação da época, mas o terceiro em elevado grau. Por ser um elemento cultural, o Samba alavancou a busca pelos Direitos Sociais, fosse pela educação – formal ou não –, pelos novos trabalhos que surgiram, ou pela construção de um produto cultural brasileiro. Sobre este, ainda que tenha ocorrido um processo negativo de apagamento da autoria negra, o Samba se tornou um certo ponto de unicidade social, congregando tanto aqueles excluídos, como os que promovem a exclusão. Por certo, essa relação ambivalente entre o Samba e a Cidadania é passível de muitas críticas, porque permitiu uma nova exclusão dos negros dos registros oficiais de criação e das receitas financeiras advindas da exploração das músicas. Todavia, é evidente que o Samba auxiliou na construção da Cidadania, até mesmo em negativo, diante do seu teor político enquanto ferramenta cultural, que, por isso, também fomentou o desenvolvimento da relação Estado-Nação.

5.2. Samba, Cidadania e Pequena África

Tendo em mãos as respostas de todos os objetivos secundários, resta agora apenas responder à pergunta central desta pesquisa: Qual foi a influência do Samba na construção de uma Cidadania na Pequena África do Rio de Janeiro durante a Primeira República? Para atingir tal fim, proponho, agora, uma análise conjunta das relações desenvolvidas ao longo deste trabalho: Samba e Cidadania; Cidadania e Pequena África; e Pequena África e Samba.

Inicialmente, preciso fazer uma ressalva acerca da relação entre a Pequena África e o Samba. Como visto neste trabalho, no fim, esses dois conceitos são indissociáveis, porque trago o Samba como um produto da Pequena África, em três esferas distintas: organização de rodas de samba; frequentadores externos; e filhos da Pequena África. Aqui, não é possível pensar Samba sem pensar nesse quilombo urbano, porquanto o Samba é uma manifestação cultural negra de resistência, gestada na Bahia e criada no berço da Pequena África. Dessa forma, não apenas o Samba foi gerado no espaço da Pequena África, como foi feito por aqueles que lá nasceram ou que lá se encontraram no mundo musical. Via de consequência, a análise realizada sobre a relação entre Samba e Cidadania pode ser plenamente transposta à Pequena África.

Nesse sentido, partindo do pressuposto de que não havia Cidadania plena durante a Primeira República, o Samba surge, para a Pequena África, como uma ferramenta para resistência social, projetando uma Cidadania em negativo. Vejamos o exemplo da Revolta da Vacina. A Pequena África foi diretamente atingida pelo bota-abaixo e os seus moradores foram forçados a se imunizar. Contudo, insatisfeitos, organizaram uma insurgência contra Pereira Passos e a sua polícia higienista. A organização se deu, em partes, porque o quilombo urbano desempenhava um papel essencial de oposição à exclusão e à marginalização sofrida, principalmente, pela população negra. Essa dinâmica decorria da perpetuação, no Rio de Janeiro, das relações sociais como se ainda fossem firmadas na época da escravização, mesmo após a Abolição, que ocorreu, de fato, apenas no papel, longe da realidade cotidiana.

Aqui, o Samba teve atuação. Os Direitos Políticos foram influenciados pelo Samba, especialmente a partir das suas letras críticas e sarcásticas que permaneciam no imaginário popular. Por certo, não é nada de espetacular, porém estamos falando de uma época com acesso quase zero à política. Consequentemente, qualquer mínimo incentivo já deve ser muito comemorado. Por exemplo, ainda no caso da Revolta da Vacina, ela foi, inclusive, objeto de um samba, criticando a postura rígida do prefeito, com a imposição de mais tributos e políticas higienistas.

Por outro lado, em relação aos Direitos Civis, realmente, o Samba não possuiu muita atuação em relação à Pequena África. Isso se deve, principalmente, ao fato de a nascente República estava inserida em um contexto de ruptura com o passado. O Brasil não era, ainda, livre das suas raízes imperialistas, mas, ao mesmo tempo, também não comportava mais os ideais trazidos de Portugal. Consequentemente, foi um período marcado pelos “favores”. Os negros sofriam muita repressão policial, bastando um pandeiro na mão e a falta de um emprego para que o agente de segurança prendesse um indivíduo que mal fez a ninguém. Entretanto, se você conhecesse as pessoas certas, ou ganhasse de um senador um pandeiro, policial algum teria coragem de lhe prender. Veja, isso é uma clara afronta à Cidadania, pois fere a igualdade entre os indivíduos, como se já não bastasse o favorecimento conferido às elites em detrimento dos marginalizados. Por conseguinte, o Samba só poderia mudar esse cenário, caso conseguisse editar normas e fazê-las serem postas em prática. A lei precisa ser verificada no plano fático, caso contrário de nada servem.

Em seguida, chegamos ao pote de ouro, os Direitos Sociais. Aqui, é patente como o Samba exerceu a sua influência para a criação de uma Cidadania na Pequena África – sempre encarada como uma metonímia representativa de seus moradores. Não apenas o Samba trouxe certa escolarização, ainda que informal, aos sambistas, filhos da Pequena África por

nascimento ou adoção, como, também, emprego. O contexto trabalhista da época era deplorável. Não me refiro nem às condições de trabalho, mas às dificuldades impostas aos negros e aos marginalizados para conseguir um posto de trabalho. O país apoiava um projeto de europeização, vangloriando o imigrante europeu que para cá vinha trabalhar, ao ponto de ser privilegiado nas seleções de emprego, a partir de uma ideia puramente preconceituosa de que o europeu faria melhor o trabalho, ou que o negro não seria digno de um serviço industrial, por exemplo. Para tanto, o Samba trouxe uma nova gama de possibilidades. Agora os negros podiam ser músicos e se apresentarem em orquestras, ou até mesmo em cruzeiros com destino para a Europa.

Esse cenário positivo não é absoluto. Gradativamente, foram percebendo que o Samba ganhava mais espaço na vida social da capital carioca, sendo aceito pela vasta massa populacional, inclusive a elite. Esse movimento é curioso, porque, inicialmente, as classes mais abastadas repudiavam os sambistas, filhos da Pequena África, apenas por um preconceito herdado da escravização. Entretanto, a partir do momento que se percebe uma oportunidade econômica, o cenário se inverte. Os brancos, especialmente de classe média, partem para o mundo do Samba. Consequentemente, o que se percebe é justamente o apagamento da autoria negra dessa manifestação cultural marginal, criando-se um Samba "branco" e comercial, cujo objetivo é gravar mais e mais sambas para aumentar os rendimentos. Esse cenário representa uma violência causada ao Samba e à Pequena África, que perdeu o domínio de sua cultura.

No entanto, foi esse mesmo movimento negativo que iniciou uma ideia de formação de identidade nacional. Foi uma das primeiras vezes que as populações estavam conectadas. Haviam diferenças e críticas de um lado ao outro. Todavia, o que se pode extrair é uma certa unicidade ao redor do Samba, a partir de uma marcante ambivalência. Isso se torna relevante para a relação Estado-Nação. O Samba permitiu que a Pequena África alçasse uma posição de destaque na sociedade carioca, por mais que, com o tempo, ela fosse apagada. Com isso, gerou-se uma mínima identificação entre os indivíduos e o país em que viviam.

Portanto, diante dessa exposição das diversas facetas do Samba, da Cidadania e da Pequena África, ouso uma conclusão, respondendo ao questionamento central: Qual foi a influência do Samba na construção de uma Cidadania na Pequena África do Rio de Janeiro durante a Primeira República?

O Samba exerceu uma influência relevante na construção de uma Cidadania na Pequena África do Rio de Janeiro da Primeira República. O espaço sócio-geográfico do quilombo urbano era visto, por seus moradores, como um refúgio, onde poderiam expressar

livremente a sua cultura, permitindo que ela seguisse viva. Nesse contexto de marginalização, o Samba surge como uma manifestação cultural de resistência, desafiando o estado de negação da Cidadania. Com isso, o Samba auxilia não apenas em um desenvolvimento inicial dos Direitos Civis e Políticos na Pequena África, mas, principalmente, incentiva a propagação dos Direitos Sociais entre os sambistas, que, no fim, são filhos da Pequena África. Para tanto, o cenário inicial de exclusão é atenuado pela presença de uma cultura viva que busca, por meio da síncopa, falsamente se submeter à elite para verdadeiramente manter acesa a chama negra. A Cidadania em negativo transborda na Pequena África, não em um tom pejorativo, porém de forma que o seu povo consiga se identificar como irmãos, pertencentes a um mesmo Estado-Nação. Certo que há falhas e usurpações pelo branco alheio à cultura marginalizada, mas nada disso importa. O Samba, durante a Primeira República, foi apenas o gatilho para que, nas décadas seguintes, fosse gradativamente construída uma Cidadania na Pequena África. Por vezes foi necessário fazer acordos, ceder, mas, no fim, não deixemos o Samba morrer, porque foi ele quem trouxe vida quando apenas a morte se mostrava.

Esse singelo trabalho tinha um propósito ousado. O seu fechamento não se propõe a ser uma fórmula matemática para ser aplicada. Estamos falando de História, de Cultura, de Cidadania, não existe receita de bolo. Há um horizonte repleto de possibilidades para aprofundar esta pesquisa. Muitas fontes e momentos históricos foram deixados de lado para que o projeto fosse exequível. Espero que essa pequena contribuição possa auxiliar a propagação dos estudos jurídicos sobre o Samba, pois a Cultura marginalizada deve prosperar.

6. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Silvia Capanema P. de. Do marinheiro João Cândido ao Almirante Negro: conflitos memoriais na construção do herói de uma revolta centenária. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, n. 61, pp. 61-84, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-01882011000100004. Acesso em: 10.06.2024. p. 62.

A NOITE. Canção carnavalesca. [anúncio]. **A Noite**, a. VII, nº 1851, Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1917. p. 3. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/noite/348970. Acesso em: 11.06.2024.

BNDES. Viva Pequena África. BNDES, Onde Atuamos, Cultura e Economia Criativa, Viva Pequena África. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/cultura-e-economia-criativa/viva-pequena-africa. Acesso em: 07.06.2024.

BRITO E CUNHA, José Carlos de. A Vaccina. [charge]. **Jornal Tagarela**, a. 11, nº 129, Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1904. p. 17. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/tagarela/709689. Acesso em: 10.06.2024.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

CICALO, André; VASSALLO, Simone. Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. **Horizontes Antropológicos**, v. 21, n. 43, pp. 239-271, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-71832015000100010. Acesso em: 07.06.2024.

EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. v. 1. Brasília: Senado Federal, 2003. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=19222. Acesso em: 07.06.2024.

FRANCESCHI, Humberto M. **Samba de sambar do Estácio**: 1928 a 1931. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2010.

FREIRE, Leônidas. Guerra Vaccino-Obrigateza. [charge]. **O Malho**, a. III, nº 111, Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1904. p. 14. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/malho/116300. Acesso em: 10.06.2024.

GAZETA de Notícias. Carnaval: Club de São Cristóvão. **Gazeta de Notícias**, a. XXXI A, nº 47, Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1904. pp. 1-2. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/gazeta/103730. Acesso em: 10.06.2024.

GAZETA de Notícias. “Ella lá e eu aqui”!. **Gazeta de Notícias**, a. XLIII, nº 68, Rio de Janeiro, 10 de março de 1918. p. 4. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/gazeta/103730. Acesso em: 12.06.2024.

IMS. **Pixinguinha**. Perfis, João da Bahiana. Disponível em: https://pixinguinha.com.br/perfil/joao-da-bahiana/. Acesso em: 11.06.2024.

LEAL, Sérgio Luiz Riça. Dos becos e vielas ao glamour parisiense: as transformações urbanas na belle époque no Rio de Janeiro durante os primeiros anos do século XX (1900-1909). **Humanidades em Revista**, v. 2, n. 2, pp. 122-135, 2020. Disponível em: https://seer.unirio.br/hr/article/view/10185. Acesso em: 07.06.2024.

LOPES, Nei. **Partido-alto**: samba de bamba. Rio de Janeiro: Pallas, 2008.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. São Paulo: Todavia, 2022.

NETO, Lira. **Uma história do samba**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SIQUEIRA, Magno Bissoli. **Samba e identidade nacional**: das origens à era vargas. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

SODRÉ, Muniz. **Samba**, o dono do corpo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.